



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

## Sistema e-MEC - Cópia do processo nº 201108720

Data da extração dos dados: 29/11/2019

### Dados Gerais Do Processo

**Processo Nº:** 201108720  
**Ato Autorizativo:** Recredenciamento  
**Protocolado em:** 29/07/2011  
**Responsável pelo protocolo:** MAURA ICLEA BAGNATORI  
**Situação:** Concluído

### Instituição de Educação Superior (Mantida)

*Informações da Mantida na data da extração dos dados*

<b>Código da Mantida:</b>	362		
<b>Nome da Mantida:</b>	FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL		
<b>Sigla:</b>	FAPSS-SP.		
<b>CEP:</b>	01154010	<b>Caixa Postal:</b>	
<b>UF:</b>	SP	<b>Município:</b>	São Paulo
<b>Bairro:</b>	Barra Funda	<b>Endereço:</b>	Rua Lopes Chaves
<b>Complemento:</b>	275	<b>Número:</b>	273
<b>Telefone(s):</b>	1136676010	<b>Fax:</b>	(011) 36676010
<b>Site:</b>	www.fapss.br		
<b>Organização Acadêmica:</b>	Faculdade	<b>Categoria Administrativa:</b>	Privada com fins lucrativos

### Mantenedora

*Informações da Mantenedora na data da extração dos dados*

<b>Código da Mantenedora:</b>	16136		
<b>CNPJ:</b>	18.634.348/0001-04		
<b>Razão Social:</b>	BWS - NUCLEO DE ENSINO SUPERIOR EM CIENCIAS HUMANAS E DA SAUDE S/S LTDA		
<b>Categoria Administrativa:</b>	Privada com fins lucrativos		
<b>CEP:</b>	01326000	<b>Caixa Postal:</b>	
<b>UF:</b>	SP	<b>Município:</b>	São Paulo
<b>Bairro:</b>	BELA VISTA	<b>Endereço:</b>	SAO DOMINGOS
<b>Complemento:</b>	77	<b>Número:</b>	69
<b>Representante Legal:</b>	Wilmar Jorge Accursio		

### Tramitação Do Processo Por Endereço

A forma de apresentação do trâmite processual no Sistema e-MEC se dá a partir de cada endereço vinculado ao processo (Sede, Local de Oferta ou Polo), sendo que apenas as fases relativas à avaliação in loco são específicas (INEP - Avaliação; Secretaria - Manifestação sobre o relatório INEP, IES - Manifestação sobre o relatório INEP e CTAA - Recurso) as demais fases referem-se ao processo como um todo.

**Endereço:** 41422 - Unidade SEDE: Rua Lopes Chaves Barra Funda - São Paulo/SP

**FASE:** SECRETARIA - ANÁLISE DESPACHO SANEADOR

Movimentação:

- 29/07/2011 14:53 - Fase iniciada
- 01/12/2011 10:55 - Em análise (Erickson Marques Peixoto)
- 20/03/2012 16:48 - Diligência instaurada (Erickson Marques Peixoto)
- 19/04/2012 19:51 - Diligência respondida (IES)
- 20/04/2012 16:48 - Analisado (Erickson Marques Peixoto). Aguardando assinatura
- 28/05/2012 15:15 - Assinado (Rafael Arruda Furtado).

Diligência:

- 1ª Diligência:
  - Instaurada em: 20/03/2012 16:48:53
  - Respondida em: 19/04/2012 19:51:58

Descrição da Diligência:

<p><b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>  <b>Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES</b>  <b>Diretoria de Regulação da Educação Superior - DIREG</b>          Brasília - DF, 20/03/2012</p> <p>1. Tendo em vista o disposto do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de IES e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino, e legislação correlata, instaura-se esta diligência a fim de que sejam esclarecidos os elementos pertinentes pontuados.</p> <p>2. Com a finalidade de se evitar o arquivamento do processo, informamos que a IES deverá utilizar o Sistema e-MEC, exclusivamente, para responder/atender, PONTUALMENTE, esta diligência, inserindo arquivo com as alterações recomendadas; no prazo de 30 dias, para o qual não haverá prorrogação; nos seguintes formatos: .doc. ou .pdf .</p> <p>3. Ressaltamos que se forem apresentados quaisquer documentos ou texto insuficientes ao atendimento da diligência, a mesma será considerada insuficiente e o processo será arquivado nos termos da regulamentação, uma vez que só é permitida uma diligência por fase. Lembramos ainda, que nenhuma documentação em papel será analisada para fins de instrução processual.</p> <p><b>Obs: apresentar Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI atualizado, com início em 2012, observando os itens abaixo relacionados (não foram apresentados no atual).</b></p> <p><b>1.3 - Missão, objetivos e metas da Instituição, na sua área de atuação:</b>          Apresentar as metas definidas pela IES e verificar se são compatíveis com a área de atuação na educação superior e se guardam correlação com o plano de ação e cronograma ao longo da vigência do PDI.</p>
--

<p><b>2.1 - Projeto pedagógico da Instituição:</b></p> <p>Verificar as opções da IES acerca das metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos, privilegiando o uso de recursos tecnológicos, princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem.</p> <p>Verificar a previsão de inovações pedagógicas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, projetos integradores, aprendizagem baseada em problemas, metodologias ativas de ensino e aprendizagem, aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho, dentre outras.</p> <p>Verificar se há vinculação entre a oferta educacional da IES e as demandas para o desenvolvimento local e regional, a inclusão social, tecnológica, política e cultural, o respeito e preservação ambiental</p>
<p><b>6.1 - Organização didático-pedagógica da Instituição:</b></p> <p>Verificar os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração dos currículos.</p> <p>Verificar a definição de incorporação de avanços tecnológicos na oferta educacional.</p> <p>Verificar se estão definidas as atividades práticas/complementares.</p> <p>Verificar se estão definidas estratégias regulares de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente.</p> <p>Verificar se estão descritas as políticas / normatização para estágio supervisionado.</p>
<p><b>7.1 - Corpo técnico-administrativo:</b></p> <p>Verificar os critérios para seleção e contratação de técnico administrativo.</p>
<p><b>7.4 - Critérios de seleção e contratação dos professores:</b></p> <p>Verificar os critérios para seleção e contratação de professores.</p>
<p><b>7.5 - Políticas de qualificação e plano de carreira do corpo docente:</b></p> <p>Verificar as políticas para qualificação continuada do corpo docente.</p> <p>Verificado se há Plano de Carreira para os docentes.</p>
<p><b>7.6 - Requisitos de titulação e experiência profissional do corpo docente:</b></p> <p>Verificar os critérios de contratação do corpo docente.</p>
<p><b>7.7 - Regime de trabalho e procedimentos de substituição eventual de professores</b></p> <p>Verificar os procedimentos para substituição eventual de professores do quadro.</p> <p>Verificar a definição do regime de trabalho do corpo docente, com respeito aos percentuais mínimos exigidos para os regimes de trabalho <u>integral, parcial e ou horista para Universidades e Centros Universitários.</u></p>
<p><b>8.1 - Estrutura organizacional da IES</b></p> <p>Verificar as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos.</p>
<p><b>8.2 - Procedimentos de atendimento dos alunos:</b></p> <p>Verificar se há descrição acerca de programa de nivelamento de alunos; se há definição de órgão de apoio pedagógico e se há indicação de estratégias de acompanhamento dos egressos da IES</p>

### **8.3 - Procedimento de auto-avaliação institucional:**

Não descreveu o projeto de auto-avaliação institucional, contemplando as 10 dimensões especificadas no art. 3º da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, detalhando os procedimentos/processos para sua realização, metodologias, formulários e etapas - coleta e tabulação de dados, relatório geral, divulgação e as formas de utilização dos resultados.

Não descreveu satisfatoriamente a Comissão Própria de Avaliação - CPA com sua composição que garanta a participação de representantes dos docentes, dos alunos, dos técnicos administrativos e da sociedade civil organizada, sem predominância de nenhum segmento.

## **PDI Eixo 9 - INFRA-ESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS**

### **9.1 - INFRA-ESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS**

Não foram apresentadas as informações básicas relativas à biblioteca, conforme orientação fornecida no sistema, sobretudo: acervo com total de títulos e de exemplares e os periódicos previstos, a política de expansão e atualização do acervo, informatização da consulta ao acervo, horários de funcionamento, nome e matrícula do bibliotecário.

Solicitamos que seja encaminhado as informações sobre: Laboratórios, Sala de Aulas, Sala de Apoio Pedagógico, Sala de Apoio Administrativo e demais dependências, que não estão discriminadas no processo.

## **PDI Eixo 10 - ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

### **10.1 - Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**

Não descreveu satisfatoriamente as políticas e adequações de infra-estrutura física, relativas à promoção da acessibilidade, atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, por pessoas portadoras de necessidades especiais, em atendimento ao art. 16, inciso VII, alínea "c" do Decreto nº 5.773/2006 e Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

Verificar se estão descritos os serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, contemplando os equipamentos disponibilizados, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso VII, alínea "c" do Decreto nº 5.773/2006 e art. 14, § 1º, inciso VIII do Decreto nº 5626/2005

Verificar se há menção acerca dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação para o auxílio de deficientes visuais, em atendimento ao disposto no Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

## **DOCUMENTOS Eixo 1 - SITUAÇÃO LEGAL**

### **1.1 - Atos constitutivos**

Apresentar o ato constitutivo da Mantenedora - CONTRATO SOCIAL ou DECLARAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL ou ATA CONSTITUTIVA, com finalidades educacionais e registro na junta comercial, em caso de mantenedora COM FINS LUCRATIVOS; ou, em caso de mantenedora SEM FINS LUCRATIVOS, ESTATUTO ou ATA CONSTITUTIVA (contendo as regras estatutárias com finalidade educacional) devidamente registrado(a) no cartório de pessoas jurídicas e com firmas reconhecidas (art. 15 Decreto 5.773/2006).

DOCUMENTOS Anexo 3 - DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO
<p><b>3.3 - Demonstrações contábeis</b></p> <p>Apresentar o demonstrativo financeiro (foi apresentado apenas o Balanço Contábil), observando que a aplicação de seus excedentes financeiros são para os fins da instituição mantida, não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes e, em caso de encerramento de suas atividades, destinação de seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público.</p>
REGIMENTO/ESTATUTO Anexo 1 - TEXTO DO REGIMENTO/ESTATUTO
<p><b>1.1 - Texto do Regimento</b></p> <p>Verificar a denominação da Mantida, deve ser igual ao cadastrado no sistema e-MEC (somente FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL).</p> <p>Excluir o Parágrafo Único do Art. 41, considerando que esta não poderá ser negada, quer seja em virtude de inadimplência, quer seja em virtude de processo disciplinar em trâmite ou ainda em função de o aluno estar frequentando o primeiro ou o último período de curso, em conformidade com a Lei nº 9.870/99 e o Parecer CNE/CES nº 365/2003 (Parecer CNE/CES nº 282/2002).</p> <p>Apresentar novo Regimento.</p>
CGCIES/COREG/SERES/MEC

Resposta da Diligência:

São Paulo, 19 de abril de 2012

Para a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES

Diretoria de Regulação da Educação Superior - DIREC

Referente diligência do Processo MEC protocolo nº 201108720.

Prezados senhores

Em cumprimento a diligência MEC datada de 20/03/2012, seguem os anexos com os itens solicitados para a apreciação de vossa senhoria.

Aproveitamos para anexar o Plano de Desenvolvimento Institucional 2012 a 2017.

Certos de termos cumprido vossas exigência,

Atenciosamente

Eliane da Silva Cara

Diretora

FAPSS-SP

Resultado da análise:

Resultado: Insatisfatório

Analisado por: Erickson Marques Peixoto

Data: 28/05/2012 15:15:29

Análise:

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

### **Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES**

#### **Diretoria de Regulação da Educação Superior - DIREG**

Brasília - DF, 20/04/2012

Mesmo após diligência e finalizadas as análises técnicas dos documentos apresentados pela Instituição interessada - Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Regimento e documentos fiscais, para-fiscais, contábeis e ato constitutivo da mantenedora - conclui-se que o presente Processo **não atende** as exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de análise documental pelo Decreto n. 5.773/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto n. 6.303/2007, e a Portaria MEC n. 40/2007. Segue abaixo os itens não atendidos:

#### **DOCUMENTOS Eixo 3 - DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

##### **3.3 - Demonstrações contábeis**

Em resposta à diligência instaurada, a IES apresentou demonstrativo financeiro sem as assinaturas do contador registrado - CRC e do representante da mantenedora.

#### **REGIMENTO/ESTATUTO Eixo 1 - TEXTO DO REGIMENTO/ESTATUTO**

##### **1.1 - Texto do Regimento**

Em resposta à diligência instaurada em relação à denominação incorreta/inadequada da mantida, a IES não alterou a denominação conforme solicitado, permanecendo uma denominação divergente do cadastrado no sistema e-MEC (correto seria apenas FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL).

A IES não exclui o Parágrafo Único do Art. 32 (antes era o Art. 42), considerando que esta não poderá ser negada, quer seja em virtude de inadimplência, quer seja em virtude de processo disciplinar em trâmite ou ainda em função de o aluno estar freqüentando o primeiro ou o último período de curso. Não atendeu satisfatoriamente ao disposto na Lei nº 9.870/99 e no Parecer CNE/CES nº 365/2003 (Parecer CNE/CES nº 282/2002).

#### **CGCIES/DIREG/SERES/MEC**

## **FASE: ARQUIVAMENTO EM ANÁLISE PRÉVIA**

Movimentação:

- 28/05/2012 15:15 - Fase iniciada
- 28/05/2012 15:15 - Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Satisfatório

Analisado por: Rafael Arruda Furtado

Data: 28/05/2012 15:15:29

Análise: Arquivamento pela Secretaria.

## **FASE: SECRETARIA - RECURSO**

Movimentação:

- 28/05/2012 15:15 - Recurso disponibilizado para IES
- 05/06/2012 16:21 - Manifestação da IES
- 05/06/2012 16:21 - Em análise (Rafael Arruda Furtado)
- 01/04/2013 17:44 - Assinado (Rafael Arruda Furtado). Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Deferido

Analisado por: Rafael Arruda Furtado

Data: 01/04/2013 17:44:32

Análise: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
COORDENAÇÃO GERAL DE CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Faculdade Paulista de Serviço Social, mantida pela Sociedade de Serviço Social., interpôs Recurso perante a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação em razão do arquivamento do processo de credenciamento - processo e-mec nº 201108720, tendo em vista a falta de envio de documentos solicitados em diligência.

No Recurso interposto a IES encaminhou arquivo com o Regimento alterado, conforme solicitado, o Balanço e o Demonstrativo Financeiro, devidamente assinados.

Merece prosperar o recurso da IES uma vez que o presente processo atende, após a análise do recurso interposto, às exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de análise documental pelo Decreto nº 5.773/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.303/2007, e a Portaria MEC nº 40/2007.

Diante do exposto, esta Secretaria dá provimento ao recurso interposto pela Faculdade Padre Anchieta de Várzea Paulista pelas razões acima expostas, encaminhando o presente processo ao INEP.

Coordenação Geral de Credenciamento das Instituições de Educação Superior - CGCIES  
CGCIES/DIREG/SERES/MEC

Recurso:

ILMA. SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - SERES  
DIRETORIA DE REGULAÇÃO SUPERIOR - DIREG

Ref/ ao PROCESSO : 201108720

FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL, nos autos do processo em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de V.EXA., interpor RECURSO, requerendo seu processamento nas formas da lei, apresentando suas razões e documentos anexos:

Razões do Recurso :

Breve Histórico :

Trata-se de uma Instituição com 72 anos de História, na formação de profissionais bacharéis em Serviço Social, é renomada e conhecida pelo seu compromisso com a qualidade de ensino, ética e profissionalismo.

A Instituição em epígrafe, protocolou pedido de credenciamento em 29 de julho de 2011. Os documentos ora anexados foram analisados e houve instauração de diligência em 20 de março de 2012, a qual foi oportunamente respondida. Em 28 de maio de 2012, a mesma foi considerada insatisfatória, razão da interposição do presente Recurso.

O resultado da análise considerou que a IES apresentou demonstrativo financeiro sem assinatura CRC e do representante da mantenedora, além do texto do Regimento não estar em consonância com a legislação vigente e a denominação está divergente com a do cadastro do sistema e-mec.

Do Mérito do Recurso:

Em que pese o imenso e considerável saber e domínio técnico da Diretoria de Regulação da Educação Superior, no caso em tela não andou com o costumeiro acerto.

A Instituição Recorrente, atendeu a diligência, ao cumprir a integralidade de seus itens, e a mesma não deve ser arquivada.

Em que pese o fato de alguns itens não terem sido cumpridos integralmente, apenas no que tange a aspectos documentais, que estão sendo enviados neste ato.

Vale salientar que, os documentos de existirem, estão corretos no âmbito da Faculdade e Mantenedora, apenas houve o envio do arquivos incorretos, portanto devendo ser aceito nesta fase processual.

Ademais, a própria portaria 40/ 2007, em seu artigo 10, nos diz que a diligência deverá ser atendida no prazo de 30 dias, e isso ocorreu no caso da Instituição recorrente.

A lei não possui palavras inúteis e assim conclui-se a que diligência foi cumprida.

?Ad argumentandum?, os processos de regulação do Ministério da Educação, entre eles do de Recredenciamento é um processo administrativo, e a administração seu seguir os trâmites previstos em lei.

Para o ilustre doutrinador Celso Antonio Bandeira de Mello, o processo administrativo é :

*?... é uma sucessão itinerária e encadeadora de atos administrativos que tendem ,todos, a um resultado final conclusivo...? ( Mello, 2008,p408)*

Conforme nos ensina Gasparini :

*?... processo administrativo, em sentido prático, amplo, é o conjunto de medidas jurídicas e materiais praticadas com certa ordem cronológica, necessárias ao registro dos atos da administração pública, ao controle do comportamento dos administrados...?*

Como a diligência foi cumprida e enviada no prazo correto, há que se utilizar para aceitação o presente recurso o princípio administrativo do Informalismo, qual seja :

?... Em relação ao processo administrativo, daí dizer-se que o Processo Administrativo., sem deixar de cumprir méritos legalistas, desfaz-se de uma concepção arraigada em purismos formalistas e tomando-se para si uma acepção mais informal. O Processo administrativo caracteriza-se pela flexibilidade e menor formalismo do que o processo judicial...? ( STF APU GASPARINI, 2005, P 860) - Fonte (www.jurisway.org.br)

É de bom alvitre mencionar que, como a Instituição cumpriu a integralidade da diligência, porém os documentos foram apenas anexados sem as assinaturas e o texto do regimento desatualizado, porém não é o



regulamento de fato utilizado na IES, e sim o que está sendo enviado hoje, o princípio da Economia Processual deve ser aplicado, VEJAMOS :

*?... Dessa forma, em respeito aos princípios da economia processual, simplicidade de forma, é razoável que seja concedido ao interessado oportunidade processual de sanear eventuais falhas formais nos documentos apresentados...?.*(Ministério da Educação - nota Técnica número 2007)

É obvio que documentos e informações novas não devem ser aceitos, nos recursos, porém os documentos ora juntados, não constituem esta espécie.

Partindo do pressuposto que o credenciamento , faz parte do processo de avaliação da Instituição, o qual só confirma ou nega a sua competência, para oferecer cursos, obedecendo os padrões de qualidade, nos termos da LDB e Constituição Federal Brasileira, a falta destes itens não poderá ser critério para a concessão desta competência.

Assim, diante do todo exposto requer seja recebido e dado provimento ao presente Recurso, por medida da mais lúdima Justiça!!!

Nestes termos pede deferimento

São Paulo, 05 de junho de 2012.

Cristina Branco Cabral Evangelista  
OAB/SP 146694

Eliane da Silva Cara  
Diretora

Anexo:

- Vide anexo 201108720\_64507.jpg.
- Vide anexo 201108720\_64508.jpg.
- Vide anexo 201108720\_64513.pdf.
- Vide anexo 201108720\_64514.pdf.
- Vide anexo 201108720\_64515.pdf.

## FASE: INEP - AVALIAÇÃO

Movimentação:

- 01/04/2013 17:44 - Fase iniciada
- 10/06/2013 11:33 - Assinado (Suzana Schwerz Funghetto). Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: 02

Analizado por: Suzana Schwerz Funghetto

Data: 10/06/2013 11:33:44

Relatório de avaliação:

### Informações Gerais da Avaliação

<b>Protocolo:</b>	201108720
<b>Código MEC:</b>	752339
<b>Código da Avaliação:</b>	99651
<b>Ato Regulatório:</b>	Recredenciamento
<b>Categoria Módulo:</b>	Instituição
<b>Status:</b>	Finalizada

**Instrumento:** 155 - Instrumento de Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior  
**Tipo de Avaliação:** Avaliação de Regulação

#### Nome/Sigla da IES

FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL - FAPSS-SP.

#### Endereço da IES

41422 - Unidade SEDE - Rua Lopes Chaves, 273 Barra Funda. São Paulo - SP. CEP: 01154010

#### Informações da Comissão

**Nº de Avaliadores:** 3  
**Data de Formação:** 18/05/2013 09:29:13  
**Período de Visita:** 04/06/2013 a 08/06/2013  
**Situação:** Visita Concluída

#### Avaliadores "ad-hoc"

ORLANDO MONTEIRO DA SILVA (23586095600)  
JOSE MARCELO FREITAS DE LUNA (34313885404) -> Ponto Focal  
GENESIO ZEFERINO DA SILVA FILHO (68377584620)

## Contextualização

#### Instituição

A IES, Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS-SP) é mantida pela Sociedade de Serviço Social, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o número 45.707.205/0001-40, pessoa jurídica de direito privado, reconhecida de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 86.174/81, pelo Decreto Estadual nº 2.443/80 e pelo Decreto Municipal nº 12.226/75. Está instalada à Rua Lopes Chaves, nº 273, no bairro Barra Funda, na cidade de São Paulo, SP. A mantenedora tem seu Estatuto inscrito no registro civil de pessoas jurídicas do 4º Cartório de Títulos e Documentos da Capital de São Paulo, sob o nº 919 do Livro "A", em 3 de outubro de 1949. A FAPSS-SP foi reconhecida pelo Decreto Federal de Reconhecimento nº 40719 de 08/01/1957. Ao início dos trabalhos da Comissão, foi verificado que nem todas as informações do PDI estavam disponíveis, contendo várias "abas" do sistema sem preenchimento. Foi feita consulta, pelo coordenador da Comissão, ao INEP, que deu a orientação de que se procedesse com a avaliação, considerando, tão somente, as informações disponibilizadas pela IES no Sistema Emec. Com as orientações, a comissão deu prosseguimento aos trabalhos de avaliação. Conforme o PDI 2005/2011 postado no e-mec, a IES apresenta como sua missão, "Formar profissionais capazes de intervir nas múltiplas relações sociais, conscientemente comprometidos em dirigir suas ações em defesa dos direitos sociais, da justiça, em prol do acesso democrático dos excluídos aos bens e serviços oferecidos pela sociedade. Formar profissionais que além de investigativos e generalistas aprendam a intervir com ações concretas na realidade". Apresenta como objetivo principal "criar condições para que o aluno incorpore a teoria como instrumento de explicação e efetivação da prática social, habilitando-o para o exercício profissional". A FAPSS-SP oferece o curso presencial de graduação em Serviço Social - Bacharelado e os cursos de Pós-graduação lato sensu Políticas e Práticas de Promoção Social, Teorias e Práticas do Trabalho Social com Famílias, Gerontologia, Gestão de Políticas Públicas, Gestão na Drogadependência Familiar. Atualmente, a FAPSS-SP encontra-se instalada em prédio próprio, numa área de 2.164,85 m2, divididos em seis andares, no endereço supracitado. A IES possui 08 salas de aula, 1 (um) Laboratório de informática, 1 (uma) sala para os professores, 1 (uma) sala para reuniões, 1 (uma) sala para o centro acadêmico, 1 (uma) sala para eventos e 1 (uma) sala para a coordenação de estágios. As áreas de apoio às atividades acadêmicas compreendem os serviços de Secretaria, Tesouraria, Biblioteca. A biblioteca possui, aproximadamente, 6.000 volumes, cujo acervo encontra-se em processo de informatização. Atualmente, a FAPSS-SP conta com 221 alunos matriculados na graduação e 195 alunos nos cursos de pós-graduação. A IES conta com 8 docentes na graduação e 15 técnicos administrativos. Desde sua fundação, já formou mais de 67 turmas de assistentes sociais, perfazendo um total de aproximadamente 5 mil profissionais. Na reunião de abertura com a direção da Faculdade e com a presidente da mantenedora, a comissão foi informada de que a FAPSS-SP está em processo de venda a uma outra instituição, o que ocasionará em futura transferência de manutenção da Faculdade. Por este fato, a Comissão foi informada de que todos os docentes e todos os técnicos administrativos encontravam-se em cumprimento de aviso prévio trabalhista, devendo todos serem dispensados pela instituição contratante. Esta situação por que passa a IES gerou um clima institucional de inseguranças, dúvidas, incertezas e temores quanto ao futuro da Faculdade e quanto à continuidade da ação educativa da instituição, refletindo sobremaneira sobre os docentes, técnicos administrativos e alunos.

## Síntese Da Ação Preliminar À Avaliação

A Instituição Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS-SP apresentou no sistema e-mec o PDI referente ao período 2005/2011. Este documento está condizente com a estrutura determinada pelo art. 16 do Decreto n.º 5.773/2006. Algumas abas do sistema não estavam preenchidas, não apresentando conteúdos como os de carga horária de docentes, de infraestrutura, entre outros. A IES apresentou 3 (três) relatórios de auto-avaliação, referentes aos períodos 2011 e 2012, além de um relatório sintético de 2013, postados no sistema e-mec. Os relatórios de auto-avaliação foram elaborados segundo as orientações propostas pela CONAES, porém, não contemplando todas as dimensões. Os documentos examinados para subsidiar o relatório da avaliação para efeito de cotejamento com o PDI foram os relatórios de autoavaliação, produzidos pela IES, tanto os postados no sistema, quanto o apresentado in loco, além dos seguintes documentos: documentos fiscais e contábeis da mantenedora, atos legais da IES publicados no DOU, pastas funcionais docentes, relatórios de atividades desenvolvidas pela IES, livro de atas da congregação. Foram consideradas, também, as informações obtidas quando das diversas reuniões com os segmentos da IES. Para a nossa avaliação, foi considerado, ainda, o IGC 2010 e 2011, constante do site oficial do INEP, atualizado em 15/01/2013.

### Docentes

Nome do Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo Empregatício
ARLETE GALHARDI SALES	Graduação	Horista	CLT
AXEL GREGORIS DE LIMA	Mestrado	Horista	CLT
CLARA RONCONI DA SILVA FONSECA	Especialização	Horista	CLT
DECIO YOSHIKASO HATAKEIAMA	Especialização	Horista	CLT
GUTEMBERG SOUSA DA SILVA	Especialização	Horista	CLT
MARA THEREZA VALENTE	Mestrado	Horista	CLT
ROSIRAN CARVALHO DE FREITAS	Especialização	Horista	CLT
SHINOBU NAKANO DE MELO PEREIRA	Especialização	Horista	CLT

### Categorias Avaliadas

#### Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

##### 1.1.

**Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando as propostas constantes do PDI estão sendo **adequadamente implementadas**, com as funções, os órgãos e os sistemas de administração/gestão **adequados** ao funcionamento dos cursos e das demais ações existentes, e à efetiva implantação das ações e dos cursos previstos.

2

##### 1.2. Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (auto-avaliação e avaliações externas)

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando os resultados da auto-avaliação e das avaliações externas são **adequadamente** utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI, e constata-se a existência de ações acadêmicas e administrativas conseqüentes aos processos avaliativos.

**Dimensão 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades**

## 2.1.

### **Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais**

#### **Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pelas IES estão **coerentes** com o PDI.

## **2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.**

#### **Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos sequenciais (quando for o caso), **na modalidade presencial, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos.**

## **2.3. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância).**

#### **Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos sequenciais (quando for o caso), **na modalidade a distância, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos.**

## **2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.**

#### **Conceito referencial mínimo de qualidade**

#### **Universidades**

Quando as atividades realizadas nos cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade, **observam rigorosos critérios de qualidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas**; além disso, a IES possui pelo menos 04 (quatro) programas de pós-graduação stricto sensu, todos recomendados pela CAPES, havendo, dentre estes, no mínimo, um curso de doutorado.

#### **Centros Universitários e Faculdades**

Quando as atividades realizadas na pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, **observam os referenciais de qualidade desses cursos**, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade e **estão adequadamente implantadas e acompanhadas.**

## **2.5. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação lato sensu e strito sensu na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância).**

#### **Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as atividades realizadas na pós-graduação lato sensu e strito sensu, na modalidade a distância, observam os referenciais de qualidade desses cursos, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade e **estão adequadamente implantadas e acompanhadas.**

## **2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.**

#### **Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as atividades de pesquisa e de iniciação científica resultam de diretrizes de ações, e **estão adequadamente implantadas e acompanhadas**, com participação de número significativo de professores e estudantes.

## **2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.**

#### **Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as atividades de extensão resultam de diretrizes de ações **adequadamente implantadas e acompanhadas**; além disso, verifica-se a sua relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e a sua vinculação com a formação acadêmica do aluno.

## **Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à**

**sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural**

3.1.

**Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as ações de responsabilidade social praticadas pelas IES **estão coerentes com o PDI.**

**3.2. Relações da IES com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as relações da IES com os setores da sociedade resultam de diretrizes institucionais e **estão adequadamente implantadas e acompanhadas**, incluindo ações para o desenvolvimento sócio-econômico e educacional da região.

**3.3. Relações da IES com a sociedade: inclusão social.**

3

**Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as ações da IES com vista à inclusão social resultam de diretrizes institucionais e **estão adequadamente implantadas e acompanhadas.**

**3.4. Relações da IES com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as ações da IES com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística resultam de diretrizes institucionais e **estão adequadamente implantadas e acompanhadas.**

#### **Dimensão 4: A comunicação com a sociedade**

4.1.

**Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando as ações de comunicação com a sociedade praticadas pelas IES **estão coerentes com o PDI.**

**4.2. Comunicação interna e externa.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam **adequadamente**, são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES\*.

2

**4.3. Ouvidoria\*.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade**

Quando a ouvidoria está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infra-estrutura **adequados**, e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.

#### **Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho**

### 5.1.

**Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e as condições de trabalho **praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.**

### 5.2. Formação do corpo docente

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Universidades e Centros Universitários:

Quando o corpo docente da IES tem experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES e 100% têm formação mínima em nível de pós-graduação lato sensu; desses, 70% possuem formação mínima em nível de pós-graduação stricto sensu e pelo menos 20% possuem o título de doutor.

Faculdades:

Quando todo o corpo docente tem, no mínimo, formação de pós-graduação lato sensu e experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES.

### 5.3. Condições institucionais para os docentes.

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

**Universidades:**

Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, estando a IES\* em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um terço do corpo docente em regime de tempo integral\* (Lei 9.394/1996 - Art. 52).

**Centros Universitários:**

Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um quinto do corpo docente em regime de tempo integral\* (Decreto 5.786/2006 - Art.1º).

**Faculdades:**

Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas e acompanhadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica.

### 5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando o perfil (formação e experiência) e as políticas de capacitação do corpo técnico-administrativo estão **adequados** às políticas constantes dos documentos oficiais da IES. Além disso, o Plano de Cargos e Salários, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido.

### 5.5. Formação do corpo de tutores presenciais e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância - EAD).

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando o corpo de tutores presenciais tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas.

### 5.6. Formação do corpo de tutores a distância e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância - EAD).

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando o corpo de tutores a distância tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas.

## **Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios**

### **6.1.**

**Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios estão **coerentes** com o PDI.

**6.2. Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso).**

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando a gestão institucional se pauta em princípios de qualidade, e resulta de diretrizes de ações.

2

**6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando o funcionamento e a representatividade dos Conselhos Superiores cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

**6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando o funcionamento e a representatividade nos colegiados de curso, ou equivalentes, cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

## **Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação**

### **7.1.**

**Coerência Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando a infra-estrutura física da IES, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, **está coerente** com a especificada no PDI.

**7.2. Instalações gerais**

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa (quando for o caso), para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade **adequadas**.

**7.3. Instalações gerais nos pólos para educação a distância (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância - EAD).**

2

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando há, nos pólos para educação a distância, instalações gerais para o ensino e para a pesquisa (quando for o caso), incluindo laboratórios, em quantidade e qualidade **adequadas**.

**7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando podem ser verificadas ações **adequadas** de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços da(s) biblioteca(s).

**7.5. Bibliotecas dos pólos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância - EAD).**

**Conceito referencial mínimo de qualidade:**

Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços da(s) biblioteca(s).

## **Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional**

8.1.

**Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade\*:**

**Quando** o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional da IES **estão coerentes com o especificado no PDI.**

### **8.2. Auto-avaliação institucional**

**Conceito referencial mínimo de qualidade\*:**

2

Quando a Comissão Própria de Avaliação\* está implantada e funciona **adequadamente**, há efetiva participação da comunidade interna (professores, estudantes e técnico-administrativos) e externa nos processos de auto-avaliação institucional, e há divulgação das análises e dos resultados das avaliações, estando as informações correspondentes acessíveis à comunidade acadêmica.

### **8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade\*:**

Quando a IES implementa **adequadamente** ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da auto-avaliação e das avaliações externas.

## **Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes**

9.1.

**Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade\*:**

Quando as políticas de atendimento aos discentes da IES **estão coerentes** com as especificadas no PDI.

### **9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos**

**Conceito referencial mínimo de qualidade\*:**

Quando os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção **estão implantados e adequados.**

### **9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente.**

2

**Conceito referencial mínimo de qualidade\*:**

Quando se verifica a **adequação** das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) praticadas pela IES e há **adequada** relação com as políticas públicas e com o contexto social.

### **9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada**

**Conceito referencial mínimo de qualidade\*:**

Quando existem mecanismos **adequados** para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; além disso, a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas e existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos

## **Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior**



10.1.

**Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade\*:**

Quando a sustentabilidade financeira da IES está **coerente** com a especificada no PDI.

## **10.2 Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.**

**Conceito referencial mínimo de qualidade\*:**

1

Quando se verifica a **adequação** entre a proposta de desenvolvimento da IES, incluindo-se a captação de recursos, e o orçamento previsto, a compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e os recursos disponíveis, e existe controle entre as despesas efetivas e as referentes à despesa correntes, de capital e de investimento.

## **10.3. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão**

**Conceito referencial mínimo de qualidade\*:**

Quando existem políticas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico necessárias à **adequada** implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

## **Dimensão 11: Requisitos legais**

11.1.

Condições de acesso para portadores de **necessidades especiais** (Dec. 5.296/2004).

Não

**Critério de análise:**

A instituição apresenta condições adequadas de acesso para portadores de necessidades especiais?

11.2.

**Titulação do Corpo Docente**

**Universidades e Centros Universitários:** No mínimo formação em pós-graduação lato sensu para todos os docentes e percentual mínimo de docentes com pós-graduação stricto sensu, de acordo com os artigos 66 e 52 da Lei nº 9.394/1996.

Não

**Faculdades:** No mínimo formação em pós-graduação lato sensu para todos os docentes (art. 66 da Lei nº 9.394/1996).

**Critério de análise:**

**Universidades e Centros Universitários:** O corpo docente tem, no mínimo, formação em pós-graduação lato sensu e a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação de mestrado e/ou doutorado?

**Faculdades:** O corpo docente tem, no mínimo, formação em pós-graduação lato sensu\*?

11.3.

**Regime de Trabalho do Corpo Docente**

**Para Universidades:** um terço do corpo docente em regime de tempo integral\* (Lei 9.394/1996 – Art. 52).

Sim

**Para Centros Universitários:** um quinto do corpo docente em regime de tempo integral\* (Decreto 5.786/2006 – Art.1º).

**Critério de análise:**

**Universidades:** a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo em regime de tempo integral?

**Centro universitário:** a instituição tem, no mínimo, um quinto do corpo docente em regime de tempo integral?

11.4.

**Plano de Cargo e Carreira (IES\* privadas).**

Não

**O Plano de Cargo e Carreira** deve estar protocolado no órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego. (Súmula 6 – TST).

**Critério de análise:**

O Plano de Cargo e Carreira está protocolado no órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego?

11.5.

**Forma Legal de Contratação de Professores (IES\* privadas).**

Sim

As contratações dos professores devem ser mediante vínculo empregatício. (CLT, arts. 2º e 3º).

**Critério de análise:**

A forma legal de contratação de professores é mediante vínculo empregatício ?

**Considerações Finais Da Comissão De Avaliadores e Conceito Final****Considerações Finais Da Comissão De Avaliadores**

Esta comissão, após realizar e registrar as ações preliminares de avaliação, tecer as considerações sobre cada uma das dez dimensões avaliadas e sobre os requisitos legais, todas integrantes deste relatório e emitidas a partir dos referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e neste instrumento de avaliação, atribuiu às DIMENSÕES os seguintes CONCEITOS: Dimensão 1 - CONCEITO 2 Dimensão 2 - CONCEITO 2 Dimensão 3 - CONCEITO 3 Dimensão 4 - CONCEITO 2 Dimensão 5 - CONCEITO 1 Dimensão 6 - CONCEITO 2 Dimensão 7 - CONCEITO 2 Dimensão 8 - CONCEITO 2 Dimensão 9 - CONCEITO 2 Dimensão 10 - CONCEITO 1 Em razão do acima exposto, esta IES - Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS-SP) apresenta um perfil AQUÉM do referencial mínimo de qualidade. CONCEITO FINAL

**Conceito Final**

2

**FASE: IES - MANIFESTAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO INEP****Movimentação:**

- 10/06/2013 11:33 - Fase iniciada
- 05/08/2013 17:31 - Em análise (e-MEC)
- 05/08/2013 17:31 - Assinado (e-MEC). Fase finalizada.

**Resultado da análise:****Resultado:**

Trata-se de Impugnação oferecida pela Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo, em apertada síntese para repelir e rechaçar todos os termos do relatório apresentado pelos avaliadores "in loco", baseando-se no argumento de que os dados colhidos e as motivações apresentadas pelos avaliadores não condizem com a realidade dos fatos e com o momento transitório por qual a instituição passava. Ademais, em que pese o imenso saber dos Doutos Avaliadores os mesmos não andaram bem em seus relatórios o que acarretou conceito insatisfatório para a Instituição. Pugna pela anulação da avaliação "in loco" pois eivada de nulidades, requerendo seja realizada outra para coleta de informações condizentes com a realidade.

**Contrarrazão:**

- Manifestação de Contrarrazão da Impugnação do parecer INEP pela SECRETARIA.
- Resultado: A secretaria optou em não manifestar contrarrazão sobre impugnação do parecer INEP.
- Analisado por: e-MEC
- Data: 05/08/2013 17:31:39

**Anexo:**

- Vide anexo 201108720\_112468.pdf.

**FASE: SECRETARIA - MANIFESTAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO INEP****Movimentação:**

- 10/06/2013 11:33 - Fase iniciada
- 10/06/2013 11:33 - Em análise (RAFAEL HONORATO DA ROCHA)
- 07/08/2013 19:10 - Analisado (RAFAEL HONORATO DA ROCHA). Aguardando assinatura
- 08/08/2013 12:09 - Assinado (Rafael Arruda Furtado). Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Sem resultado de análise

Contrarrazão:

- Manifestação de Contrarrazão da Impugnação do parecer INEP pela IES.
- Resultado: Não houve manifestação de contrarrazão da impugnação do parecer INEP.

## **FASE: CTAA - RECURSO**

Movimentação:

- 08/08/2013 12:09 - Fase iniciada
- 09/10/2013 16:52 - Assinado (Marcelo Cabral Jahnel). Fase finalizada.
- 09/10/2013 16:52 - Assinado (Claudia Maffini Griboski). Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Confirmar parecer da Comissão de Avaliação

Analisado por: Marcelo Cabral Jahnel

Data: 09/10/2013 16:52:27

Análise:

### **HISTÓRICO**

Trata de processo de credenciamento da FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL - FAPSS-SP localizada em São Paulo, SP.

A avaliação foi realizada pelos professores Orlando Monteiro da Silva, José Marcelo Freitas de Luna e Genésio Zeferino da Silva Filho no período de 04/06/2013 a 08/06/2013.

O relatório apresentou os seguintes conceitos por Dimensão:

Dimensão 1: 2;

Dimensão 2: 2;

Dimensão 3: 3;

Dimensão 4: 2;

Dimensão 5: 1;

Dimensão 6: 2;

Dimensão 7: 2;

Dimensão 8: 2;

Dimensão 9: 2

Dimensão 10: 1 com conceito final 2.

A Secretaria não impugnou o parecer do INEP. A IES apresentou impugnação do parecer em 05/08/2013 por considerar que a avaliação foi prejudicada devido aos problemas que enfrentava quando do momento da visita.

O texto da impugnação está incompleto e com páginas repetidas. Este parecerista irá considerar, portanto, as dimensões impugnadas pela IES e disponível no sistema emec.

Mérito

- Dimensão 4: A comunicação com a sociedade (conceito 2)

Os avaliadores assim descrevem “(...) A única forma encontrada de divulgação das ações da IES é a sua página virtual. (...) Evidenciou-se, também, que os resultados da avaliação não foram tornados conhecidos. Foi constatada a inexistência de uma ouvidoria na IES. (...) a IES não dispõe de mecanismos, nem de recursos humanos para estabelecer e manter um canal de comunicação fluido e confiável para informar à comunidade interna e externa sobre as suas ações.

Os argumentos da IES não permitem a majoração do conceito adequadamente atribuído pelos avaliadores.

- Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho (conceito 1)

Os avaliadores descrevem detalhadamente as deficiências nesta dimensão, a IES por seu turno, não apresentou elementos que alterem o observado pela comissão e apenas confirma que o momento pela qual esta passando atrapalhou a coleta de dados “conclusivos e verídicos”.

Mantém-se o conceito 1.

- Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios (conceito 2)

Os avaliadores observaram que: “A organização e a gestão da FAPSS-SP, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia didático-pedagógica e financeira em relação à Mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios não estão coerentes com o PDI. (...) Quando da visita, verificou-se que a mantenedora e a mantida se misturam na forma de ocupação de cargos. Segundo os gestores encontrados na IES, (...) não só há sobreposição de cargos dentro das

entidades como o acúmulo de funções se deve à dificuldade de manutenção da Faculdade. (...) Em que pese à busca por atas e outros registros, não foi possível verificar a regularidade do funcionamento dos colegiados. De fato, a última ata de reunião da congregação data de 2009. (...) O funcionamento e a representatividade nos colegiados, ou equivalentes, não cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.”

A IES reconhece a sobreposição de cargos devido a “motivo financeiro e transitório, pela qual a instituição passava.”

A IES não apresenta informações que permitam a majoração do conceito.

Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação (conceito 2)

A IES reconhece as deficiências apontadas pelos avaliadores ao afirmar que a comissão “apenas elencou as possíveis deficiências, porém não o fez com clareza que é devida ao agente.”

Os avaliadores em seu relatório elencam uma série de deficiências coerentes com o conceito atribuído.

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional (conceito 2)

A IES reconhece as fragilidades apontadas pela comissão ao afirmar que “as respostas dos funcionários e a falta de documentação (...) refletem a situação de transição em que passava a Instituição (...).

Mantém-se o conceito.

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes (conceito 2)

Os avaliadores descrevem detalhadamente as diversas fragilidades observadas durante a visita dimensão.

A IES, em sua impugnação, afirma que os avaliadores “não transcreveram a realidade dos fatos, e a situação de transição vivida pela Instituição”. No entanto não acrescenta elementos que permitam a majoração do conceito.

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (conceito 1)

Os avaliadores assinalam que “Os aspectos financeiros orçamentários para a sustentabilidade econômico-financeira da IES não estão coerentes com o PDI 2005-2011. No formulário eletrônico, foram disponibilizadas somente as previsões de receitas e despesas, mostrando déficits para todo o período. Não há projeção orçamentária nem cronograma de execução (de investimentos em infraestrutura física, biblioteca, equipamentos de informática e outros), que deveriam dar sustentação ao programado no PDI. A comissão de avaliação foi informada dos problemas financeiros por que passa a IES. Parecer de uma auditoria independente, datado de 31 de dezembro de 2012, chama a atenção para a um patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 1.916,657,06 e prejuízo findo em 31/12/2012 de R\$ 438.655,84. Segundo os auditores, “Essas

condições indicam a existência de incertezas quanto à capacidade da continuidade operacional da Entidade". (...) Na condição atual, não há política de expansão física e de aquisição de equipamentos e mobiliário para os programas de ensino e demais atividades acadêmicas da IES. (...) todo o corpo docente e técnico administrativo encontra-se de aviso prévio e aguarda a conclusão das negociações para a assinatura de um possível novo contrato.

A IES reconhece a difícil situação financeira da mantenedora. Mantém-se o conceito da dimensão.

Sessão:

Aguardando finalização do processo

#### **FASE: SECRETARIA - PARECER FINAL**

Movimentação:

- 09/10/2013 16:52 - Fase iniciada
- 16/01/2014 14:42 - Em análise (Pedro Fernando Avalone Athayde)
- 06/03/2014 16:45 - Analisado (Pedro Fernando Avalone Athayde). Aguardando validação
- 10/03/2014 10:52 - Validado (Rafael Arruda Furtado). Aguardando validação
- 10/06/2014 15:43 - Validado (Maria Rosa Guimarães Loula). Aguardando assinatura
- 10/06/2014 18:42 - Assinado e encaminhado para publicação (Jorge Rodrigo Araujo Messias). Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Sugestão de Protocolo de Compromisso

Analisado por: Pedro Fernando Avalone Athayde

Data: 10/06/2014 18:42:58

Análise:

**Assunto:** Recredenciamento da **Faculdade Paulista de Serviço Social**

Trata-se do pedido de recredenciamento da **Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS**, protocolado no sistema e-MEC sob o número 201108720, em 29 de junho de 2011.

IES, Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS-SP) é mantida pela Sociedade de Serviço Social, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o número 45.707.205/0001-40, pessoa jurídica de direito privado, reconhecida de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 86.174/81, pelo Decreto Estadual nº 2.443/80 e pelo Decreto Municipal nº 12.226/75. Está instalada à Rua Lopes Chaves, nº 273, no bairro Barra Funda, na cidade de São Paulo, SP. A mantenedora tem seu Estatuto inscrito no registro civil de pessoas jurídicas do 4º Cartório de Títulos e Documentos da Capital de São Paulo, sob o nº 919 do Livro "A", em 3 de outubro de 1949. A FAPSS-SP foi reconhecida pelo Decreto Federal de Reconhecimento nº 40719 de 08/01/1957.

Durante a visita in loco, foi informado aos avaliadores que a referida IES encontra-se em processo de venda a outra mantenedora, o que ocasionará em futura transferência de manutenção da Faculdade. Devido a esse fato, a Comissão de avaliação foi informada de que todos os docentes e técnico-administrativos encontravam-se em cumprimento de aviso prévio trabalhista, devendo ser dispensados pela instituição contratante.

Conforme informações disponibilizadas no Cadastro e-MEC, consultadas em 06/03/2014, a instituição possui IGC igual a 2 (2012).

O Processo foi submetido às análises técnicas dos documentos apresentados: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Regimento, documentos fiscais, parafiscais, contábeis e ato constitutivo da mantenedora, e

conclui-se pelo atendimento **satisfatório** das exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de análise documental pelo Decreto nº 5.773/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.303/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

Em atendimento ao disposto no § 2º do art. 17 do Decreto nº 5.773/2006, o processo de credenciamento foi encaminhado ao INEP para a avaliação. A verificação in loco ocorreu no período de 04 a 08/06/2013, e seu resultado foi registrado no Relatório nº 99651.

Tendo discordado do Relatório da Comissão de Avaliação, a Secretaria impugnou-o à Comissão de Acompanhamento da Avaliação (CTAA) que decidiu pelo não conhecimento do recurso, dada à intempestividade de sua apresentação. Dessa forma, foi mantido integralmente o relatório de avaliação nº 99651.

Foram atribuídos os seguintes conceitos às dimensões avaliadas:

<b>Dimensões</b>	<b>Conceitos</b>
1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	2
2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	2
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	3
4. A comunicação com a sociedade	2
5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	1
6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	2
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	2
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.	2
9. Políticas de atendimento aos estudantes	2
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	1
<b>CONCEITO INSTITUCIONAL</b>	<b>2</b>

A seguir são transcritas as sínteses elaboradas pela Comissão de Avaliação in loco para corroborar a atribuição dos conceitos.

#### **Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).**

*A presente avaliação teve como base o PDI constante do formulário eletrônico existente no site do INEP, que, de acordo com as informações prestadas, iniciou-se em 2005 e concluiu-se em 2011. De acordo com o PDI, a missão da FAPSS-SP é “formar profissionais capazes de intervir nas múltiplas relações sociais, conscientemente comprometidos em dirigir suas ações em defesa dos direitos sociais, da justiça, em prol do acesso democrático dos excluídos aos bens e serviços oferecidos pela sociedade. Formar profissionais que além de investigativos e generalistas aprendam a intervir com ações concretas na realidade”. Pelos objetivos e ações institucionais propostos, verifica-se que a graduação é a principal atividade da Faculdade, oferecendo o curso de graduação em Serviço Social. Pelos relatórios apresentados e os relatos das reuniões realizadas no processo avaliativo in loco, percebe-se a existência de poucas atividades de extensão e não se verificou formas institucionalizadas de incentivos à extensão e à pesquisa, embora alguns discentes tenham afirmado terem sido beneficiados com auxílio da IES para participação em algumas atividades. A gestão superior da IES reduz-se a poucas pessoas e não se pode verificar formas efetivas de participação dos professores, estudantes e técnico-administrativos nos*

processos decisórios. Não se verificou a existência nem o efetivo funcionamento de colegiados. Ainda se verificou a falta de investimentos na infraestrutura e em recursos informacionais. O regimento da FAPSS-SP, datado de 2012, prevê a existência de seis órgãos na estrutura organizacional, sendo Diretoria, Coordenação Pedagógica e Departamento de Estágio, Núcleo Docente Estruturante, Corpo Docente, Congregação, Órgãos de apoio a atividades acadêmicas. Alguns deles não estão implementados na atual conjuntura da IES, tais como: Núcleo Docente Estruturante e Congregação, desta a última ata de reunião apresentada data de 25 de abril 2009. De acordo com as informações da CPA, a auto avaliação é realizada anualmente, envolvendo os discentes, por mobilização voluntária, através do site da IES. Não se verificou a participação de técnicos administrativos nos processos de avaliação. Dentre os documentos apresentados pela IES, há o relatório de avaliação da CPA. O documento não permite perceber que a avaliação tenha abrangido todas as dimensões propostas pela CONAES, destacando apenas os aspectos ligados à qualidade do ensino, sobretudo à didática e aprendizagem. Há alguns formulários de pesquisa social sobre alunos ingressantes e concluintes. Não foram apresentados à comissão os formulários utilizados nos processos de avaliação, mas, apenas, a apresentação apenas ao relatório estatístico e gráficos comparativos. Não se verificou um trabalho de leitura analítica dos dados. Não foram percebidos desdobramentos efetivos das avaliações nos processos de revisão do PDI e nos Projetos Pedagógicos do curso. Conforme relato dos discentes, não houve retorno da avaliação procedida. De acordo com os resultados da avaliação realizada em 2011, e constantes do site do INEP, o curso de Serviço Social foi avaliado com o CPC com nota 2, resultando no IGC na faixa 1. Há evidência de que as intenções declaradas no PDI estão comprometidas em virtude da impossibilidade de investimentos. Portanto, os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

**Dimensão 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.**

A FAPSS-SP atua no ensino de graduação oferecendo o curso de bacharelado em Serviço Social. Atualmente, a Faculdade oferece também 5 cursos de pós-graduação, a saber, Políticas e Práticas de Promoção Social, Teorias e Práticas do Trabalho Social com Famílias, Gerontologia, Gestão de Políticas Públicas, Gestão na Drogadependência Familiar, que possibilitam a continuidade dos estudos da graduação. Os cursos de pós-graduação implantados não estão previstos no PDI 2005-2010 disponibilizado no sistema emec. Do PDI, não constam tampouco políticas definidas para as ações de extensão e iniciação científica. Embora não institucionalizadas nem definidas em políticas, na visita in loco foi percebida a existência de alguns projetos de extensão de atendimento às pessoas idosas e ações de atendimento comunitário, desenvolvidos através de palestras esporádicas. Não se verificou também a existência de estímulos à produção acadêmica de docentes e/ou discentes. Segundo relato dos alunos, não há monitorias implantadas. A IES não desenvolve cursos na modalidade EAD. De acordo com os indicadores avaliados para essa dimensão, os mesmos configuram um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

**Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.**

Algumas ações de responsabilidade social estão presentes na atuação da FAPSS-SP, através de ações de extensão e de inclusão social, embora significativas para a comunidade atendida, carecem de melhor coordenação e sistematização institucionais. O PDI 2005-2011 disponibilizado no sistema emec não apresenta políticas da IES para a responsabilidade social. Segundo relato de discentes, há participação em projetos de responsabilidade social promovidos por organismos da sociedade com participação de professores e alunos, particularmente, trabalhos de atenção aos idosos. A FAPSS-SP é membro integrante da Rede de Proteção e Defesa do Idoso – RPDI da Região Centro da cidade de São Paulo, desde maio de 2011. Faz parte da responsabilidade social da IES, a oferta de bolsas de estudo a alunos carentes, atendendo a percentual significativo dos alunos, através do programa ProUni e bolsas oferecidas pela própria mantenedora. Alguns funcionários relataram ter recebido apoio financeiro, através de descontos de mensalidades, para estudos na FAPSS-SP.

As ações da IES com vista à defesa do meio ambiente, da produção artística e cultural não foram constatadas.

A IES atende majoritariamente a alunos carentes da cidade sede e região, gerando oportunidade de inclusão social e de desenvolvimento sociocultural. Em vista dos elementos verificados e supracitados, pode se dizer que os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro SIMILAR do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

**Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.**

Os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa não funcionam adequadamente, podendo ser considerados como inacessíveis à comunidade interna e externa. A única forma



encontrada de divulgação das ações da IES é a sua página virtual. Em reunião com os discentes, tornou-se evidente que a avaliação institucional foi pouco divulgada, fato que pode ser tomado como gerador de baixa adesão à atividade. Evidenciou-se, também, que os resultados da avaliação não foram tornados conhecidos.

Foi constada a inexistência de uma ouvidoria na IES. Durante a visita, marcada pelo clima de insegurança vivido por alunos e funcionários, constatou-se que a IES não dispõe de mecanismos, nem de recursos humanos para estabelecer e manter um canal de comunicação fluido e confiável para informar à comunidade interna e externa sobre as suas ações. A propósito da "provável" venda da IES, tanto os alunos quanto os professores desconhecem sobre quem vai fazer ou como será feita a gestão dos processos acadêmicos dos semestres que haverão de se seguir.

As ações de comunicação com a sociedade praticadas pela FAPPS não mostram coerência com as políticas constantes dos documentos oficiais, configurando um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

#### **Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.**

Uma política de pessoal para o corpo docente da IES não está prevista no PDI 2005-2011. Este fato foi confirmado pela inexistência desses documentos durante a consulta às fontes impressas e quando da reunião com a Administração Superior e com os docentes. O plano de carreira do corpo técnico administrativo, por sua vez, também não foi identificado. Pela situação de demissão e cumprimento de aviso prévio já referida, o corpo docente bem como os técnicos administrativos se revelaram inseguros em relação à contratação pela nova mantenedora. No momento da visita, todos os empregados da FAPPS-SP estavam com atraso de dois meses de pagamento. De acordo com o verificado in loco pela comissão, este aspecto, portanto, não está coerente com o PDI.

O corpo docente da FAPSS-SP, quando constituído, foi recrutado e selecionado entre professores que constam do banco de currículos da IES. Dos 8 (oito) professores que constam da listagem de docentes da IES, 2 (dois), ou seja, 25% do corpo docente possuem apenas o título de graduação. Registra-se que, em listagem entregue pela IES à comissão, mas não registrada no sistema emec, encontram-se outros 17 (dezessete) professores em atuação na FAPSS-SP. Desses, 1 (um) tem título de doutor, 11 (onze) de mestre, 1 (um) de especialista e 4 (quatro) de graduação.

Quanto à política de capacitação docente, verificou-se que não há programas institucionalizados de fomento à realização de cursos stricto-sensu nem àqueles de formação continuada. Constatou-se, também, que a progressão salarial é feita com base em tempo de serviço, em detrimento da titulação de cada docente.

De acordo com o verificado quando da reunião da comissão com os funcionários técnicos, a FAPSS-SP também não oferece treinamentos específicos em motivação ou atendimento, para citarmos os mais comuns.

A FAPSS não tem disciplinas semipresenciais tampouco cursos na modalidade a distância .

Levando em consideração o exposto acima, especialmente a inobservância ao requisito de titulação do quadro docente, pode-se considerar que a FAPSS apresenta um quadro MUITO AQUÉM do referencial mínimo de qualidade.

#### **Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.**

A organização e a gestão da FAPSS-SP, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia didático-pedagógica e financeira em relação à Mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios não estão coerentes com o PDI, fato que redundava em um quadro aquém do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Quando da visita in loco, verificou-se que a mantenedora e a mantida se misturam na forma de ocupação de cargos. Por exemplo, a diretora da mantida se sobrepõe como coordenadora pedagógica e coordenadora do curso de Serviço Social. Segundo os gestores encontrados na IES, quais sejam, a vice-presidente da Mantenedora, a Assessora Jurídica e a Diretora da Faculdade / Coordenadora do Curso, não só a sobreposição de cargos dentro das entidades como o acúmulo de funções se devem à dificuldade de manutenção da Faculdade (da qual deriva a venda para outro ente jurídico).

Em que pese a busca por atas e outros registros, não foi possível verificar a regularidade do funcionamento dos

*colegiados. De fato, a última ata de reunião da congregação data de 2009. Acrescenta-se que pelas oitavas das reuniões com os segmentos, pode-se verificar que professores e alunos têm pouco conhecimento e participação nas decisões tomadas pela Faculdade.*

*O funcionamento e a representatividade nos colegiados, ou equivalentes, não cumprem os dispositivos regimentais e estatutários, o que configura um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.*

**Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.**

*A infraestrutura física da IES não se caracteriza como coerente com as correspondentes especificações do PDI, faltando-lhe computadores em quantidade e qualidade adequadas, para uso dos alunos, e recursos de multimídia em número suficiente para uso dos professores.*

*Há instalações de salas de aula em quantidade adequada às atividades de ensino do único curso de graduação da Faculdade.*

*Por outro lado, não há instalações para a prática de esportes, tampouco espaço de convivência na IES. Observou-se que, como solução ao problema de falta de lanchonete, os alunos mantêm uma mesa de café dentro de cada sala de aula.*

*O espaço físico da biblioteca da IES não se encontra adequado às suas atividades de ensino. Trata-se de um espaço de 70 m<sup>2</sup>, marcados pela ausência de cômodos e mobiliário para estudos individuais e em grupo. São também deficientes a ventilação e a iluminação.*

*O acervo e os serviços oferecidos pela biblioteca apresentam-se adequados ao único curso da FAPSS. Não foram verificadas, contudo, ações de atualização e ampliação de títulos e exemplares bibliográficos.*

*Embora haja um elevador, que serve aos seis andares de salas de aula, alguns espaços físicos da IES, como o da coordenação pedagógica e o da diretoria, são apenas acessíveis por escadas. Não foram encontradas tampouco instalações sanitárias adaptadas a pessoas com deficiências físicas.*

*A FAPSS não desenvolve atividades próprias de EaD.*

*Pelo exposto, a FAPSS apresenta um quadro AQUÉM do referencial mínimo de qualidade.*

**Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.**

*Quando da visita in loco, a Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS-SP), por meio da sua nova CPA, apresentou uma proposta de planejamento, implementação e divulgação de auto avaliação baseada nas orientações do CONAES/INEP. Contudo, os resultados da auto avaliação institucional proposta no PDI 2005-2011 não são coerentes com os resultados mostrados nos relatórios e nas reuniões da comissão externa de avaliação com os segmentos docente, discente e técnico administrativo.*

*A CPA, implantada em 05/2012, tem como integrantes dois membros do corpo docente, sendo um deles presidente, um representante do corpo técnico-administrativo, um do corpo discente e um representante da sociedade civil. Quando da visita in loco, não foram apresentadas atas que registrassem as suas atividades ou frequência de reuniões da CPA. Os relatórios de 2011, 2012 e 2013 foram apresentados, mas com análise muito elementar. Constatou-se que as avaliações são realizadas on line para os segmentos docente e discente. Não foi comprovada a participação dos técnicos administrativos no processo de avaliação. Os resultados estão disponíveis em relatórios e não foram divulgados para a comunidade, segundo informado à comissão de avaliação.*

*Os membros da CPA ressaltaram a importância da mesma para a melhoria da comunicação interna e para o planejamento institucional em diversos aspectos, mas não puderam indicar ações acadêmico-administrativas que tivessem origem a partir dos resultados das avaliações. A sensibilização da comunidade para motivar uma maior participação no processo de avaliação tem sido precária.*

*Conforme constatado quando das reuniões com os diversos segmentos, não se percebeu ação por parte da CPA dirigida aos resultados do ENADE ou da avaliação externa.*

*Não foi possível verificar a participação de egressos no processo de auto avaliação.*

Os indicadores avaliados desta dimensão configuram um quadro **AQUÉM** do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

#### **Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes.**

*O PDI 2005-2011 não aborda questões de atendimento aos discentes, que reflitam as ações praticadas pela IES. Não existem programas institucionalizados de monitoria e de iniciação científica; há somente algumas atividades de Extensão. A IES oferece à comunidade do entorno oficinas sobre a qualidade de vida na maturidade e cursos de inclusão digital. Na reunião com os discentes, foi relatada a participação dos alunos em algumas palestras. Não há um serviço de atendimento psicopedagógico, e alguns alunos relataram que conversam com a coordenadora pedagógica quando têm problemas acadêmicos e/ou pessoais. A FAPSS-SP proporciona aos alunos a possibilidade de participarem do PROUNI. Não foram verificadas quaisquer atividades culturais e esportivas, ou mesmo incentivo às mesmas na IES.*

*O acesso ao curso ocorre por meio de prova de admissão (vestibular), com possibilidade de ingresso por transferência e portabilidade de diploma de nível superior. O número atual de alunos é de 221, o que torna o atendimento acadêmico aos mesmos satisfatório. A FAPSS-SP mantém convênios com diversas instituições, prefeituras, associações e empresas da região, que possibilitam a realização dos estágios obrigatórios do Curso de Serviço Social. Não existe programa de nivelamento na IES. A FAPSS-SP oferece descontos nas mensalidades para funcionários e familiares. Quando das reuniões "in loco" não foram percebidas ações de motivação sobre a importância do ENADE. Os alunos relataram que o funcionamento da biblioteca é satisfatório, mas reclamaram de problemas de comunicação com a administração da IES.*

*O acompanhamento de egressos é inexistente, não se verificando qualquer avaliação específica dos egressos que fosse utilizada no planejamento da IES.*

*Constata-se, portanto, que os indicadores desta dimensão configuram um quadro **AQUÉM** do que expressa o referencial mínimo de qualidade.*

#### **Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.**

*Os aspectos financeiros orçamentários para a sustentabilidade econômico-financeira da IES não estão coerentes com o PDI 2005-2011, que não descreve os objetivos e metas a serem atingidos no período. No formulário eletrônico, foram disponibilizadas somente as previsões de receitas e despesas, mostrando déficits para todo o período. Não há projeção orçamentária nem cronograma de execução (de investimentos em infraestrutura física, biblioteca, equipamentos de informática e outros), que deveriam dar sustentação ao programado no PDI. Quando da visita in loco, a comissão de avaliação foi informada dos problemas financeiros por que passa a IES. Parecer de uma auditoria independente, datado de 31 de dezembro de 2012, chama a atenção para a um patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 1.916,657,06 e prejuízo findo em 31/12/2012 de R\$ 438.655,84. Segundo os auditores, "Essas condições indicam a existência de incertezas quanto a capacidade da continuidade operacional da Entidade". Quando da reunião in loco com os gestores, a Comissão de avaliação foi comunicada sobre a possível venda da IES para resolver essa questão. Uma dívida federal com o INSS já tem sentença declarada contra a IES.*

*Atualmente, não há independência financeira entre mantida e mantenedora e as decisões de captação e alocação dos recursos envolvem todos os gestores nos dois níveis. A totalidade da receita da FAPSS-SP advém das mensalidades dos alunos, e a redução da demanda pelo curso de Serviço Social criou a necessidade de uma completa reestruturação orçamentária. A IES tem reduzido o corpo técnico administrativo, o número de docentes e as despesas gerais e procurado renegociar sua dívida. Percebeu-se que os gestores têm tentado equilibrar as contas, mas, nas condições atuais, em que o número de estudantes é restrito e as dívidas elevadas, não se vislumbra uma sustentabilidade financeira para a FAPSS-SP.*

*Na condição atual, não há política de expansão física e de aquisição de equipamentos e mobiliário para os programas de ensino e demais atividades acadêmicas da IES. Na visita in loco, a comissão de avaliação foi informada de que todo o corpo docente e técnico-administrativo encontra-se de aviso prévio e aguarda a conclusão das negociações para a assinatura de um possível novo contrato.*

*Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro **MUITO AQUÉM** do que expressa o referencial mínimo de qualidade.*

#### **Requisitos legais**

A Comissão registrou o não atendimento aos requisitos legais:

- 11.1. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Dec. 5.296/2004).
- 11.2. Titulação do Corpo Docente.
- 11.4. Plano de Cargo e Carreira.

Foi apresentada a seguinte justificativa:

*A IES não cumpre integralmente os requisitos de acesso para portadores de necessidades especiais. Não há adaptação nos banheiros, e o acesso às salas dos professores, da coordenação e de estágio só pode ser feito por escada. Ainda há docentes com somente graduação. Não existe um Plano de Cargo e Carreira e, portanto, não há um protocolo no Ministério de Trabalho e Emprego. Todos os funcionários são contratados pela CLT e, quando da visita in loco, a comissão constatou que todos eles estavam de aviso prévio, por conta da falta de sustentabilidade financeira da FAPSS-SP.*

### **Considerações da SERES**

A instituição obteve Conceito Institucional 2 (dois). Além disso, foram atribuídos conceitos insatisfatórios a todas as Dimensões, com exceção da Dimensão 3 – “A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. Foram apontadas importantes fragilidades no funcionamento da Instituição, tais como:

- a) O PDI da IES não prevê ações de extensão e iniciação científica, embora os avaliadores tenham identificados iniciativas esporádicas relacionadas a projetos extensionistas. Ao mesmo tempo, não foi localizada política de estímulo à produção acadêmico-científica.
- b) A ouvidoria não está implantada. Além disso, os sistemas de comunicação e informação interna e externa são deficitários, fato comprovado pela insuficiente divulgação dos resultados dos processos de avaliação institucional.
- c) A política de pessoal da FAPSS apresenta graves problemas, tais como: (i) ausência de previsão e planejamento no PDI; (ii) não protocolo e/ou homologação dos planos de carreira docente e dos técnico-administrativos junto ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Educação; (iii) atrasos salariais; (iv) inexistência de programa institucionalizado de capacitação docente.
- d) O funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia didático-pedagógica e financeira em relação à Mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios não correspondem ao disposto no PDI.
- e) A infraestrutura física da IES é deficitária apresentando os seguintes problemas: (i) computadores em quantidade e qualidade inadequadas; (ii) recursos de multimídia em número insuficiente para a demanda dos professores; (iii) falta de instalações físicas para a prática de esportes e espaço de convivência; (iv) biblioteca com dimensão, ventilação e iluminação insatisfatórias.
- f) Não foram identificadas ações acadêmico-administrativas como consequência das análises e relatórios produzidos pela CPA.
- g) A IES apresentou déficit financeiro para todo o período avaliado. De acordo com parecer produzido por auditoria independente, a instituição apresenta um patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 1.916.657,06 e prejuízo findo em 31/12/2012 de R\$ 438.655,84. Segundo os avaliadores, as condições atuais da IES permitem afirmar que não há sustentabilidade financeira e, tampouco, uma política de expansão física e de aquisição de equipamentos e mobiliário.
- h) A IES não atendeu ao requisito legal “11.1. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Dec. 5.296/2004)”, pois as instalações físicas não atendem plenamente os critérios de acessibilidade.
- i) A instituição não cumpriu o requisito legal “11.2. Titulação do Corpo Docente”, pois possui professores graduados no seu corpo docente.
- j) Por fim, é necessário registrar o não atendimento ao requisito legal “11.4. Plano de Cargo e Carreira”, tendo vista que não protocolou e/ou homologou os planos de carreira docente e dos

técnico-administrativos junto ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Educação.

Foram constatadas deficiências significativas que precisam ser saneadas para que se possa garantir a qualidade da oferta de ensino superior pela **Faculdade Paulista de Serviço Social**.

## CONCLUSÃO

Tendo em vista o disposto no artigo 60 do Decreto nº 5.773/2006, bem como o contido no Relatório de Avaliação, recomenda-se a celebração de protocolo de compromisso, nos termos do art. 61 do Decreto supracitado, com a **Faculdade Paulista de Serviço Social**, mantida pela **Sociedade de Serviço Social**, ambas com sede à Rua Lopes Chaves, nº 273, Barra Funda, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

## FASE: PROPOSTA DO PROTOCOLO DE COMPROMISSO

Movimentação:

- 10/06/2014 18:42 - Fase iniciada
- 04/07/2014 18:20 - Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Sem resultado de análise

## FASE: RELATÓRIOS PARCIAIS DO PROTOCOLO DE COMPROMISSO

Movimentação:

- 04/07/2014 18:19 - Fase iniciada
- 03/07/2015 16:50 - Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Sem resultado de análise

Anexo:

- Vide anexo 201108720\_145900.pdf.
- Vide anexo 201108720\_180790.doc.
- Vide anexo 201108720\_180791.pdf.
- Vide anexo 201108720\_189229.pdf.
- Vide anexo 201108720\_189230.pdf.

## FASE: TERMO DE CUMPRIMENTO DO PROTOCOLO DE COMPROMISSO

Movimentação:

- 04/07/2014 18:19 - Fase iniciada
- 03/07/2015 16:50 - Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Sem resultado de análise

Recurso:

A FAPSS apresenta, abaixo, seu Termo de Cumprimento das Metas estabelecidas no Protocolo de Compromisso, por Dimensão em consonância com o Plano de Melhorias apresentado quando da assinatura do referido Termo, informando, outrossim, que as metas foram integralmente cumpridas:

**Dimensão 1:**

A FAPSS apresentou como proposta de melhoria para esta dimensão as seguintes ações:

- 1) Ampliação e fortalecimento do papel da Congregação como órgão colegiado da instituição - Meta cumprida com a efetividade das reuniões.
- 2) Fortalecimento do NDE do Curso, com ampliação de sua participação em discussões sobre o Projeto Pedagógico da Instituição, sobre o Projeto Pedagógico do Curso, promovendo a interdisciplinaridade e maior número de reuniões por semestre - Meta cumprida com a ampliação das reuniões e das discussões, tendo como resultado a modificação da matriz curricular do curso, bem como do seu Projeto Pedagógico.
- 3) A CPA já foi reformulada, com aplicação de avaliação no segundo semestre de 2013, cujo relatório foi apresentado no prazo fixado pelo MEC. Para este ano de 2014 dará continuidade no planejamento elaborado - Meta cumprida, tendo como resultado maior discussão do último relatório entre os diversos setores da instituição, a Direção e Mantenedora.
- 4) No que se refere aos investimentos necessários, houve a transferência de mantença no mês de junho de 2013. A partir desta data, a instituição já foi reformada em suas instalações, já houve atualização do acervo bibliográfico, contratação de novos profissionais, reestruturação acadêmica e do corpo docente, além de outros investimentos que se fizeram necessários - Meta cumprida integralmente.

#### **Dimensão 2:**

O PDI da instituição foi totalmente reformulado, com definição de suas políticas para ensino, pesquisa e extensão, bem como cursos de pós-graduação em diversas áreas - Meta cumprida.

#### **Dimensão 3:**

Foi formulada nova Política de Comunicação Interna e Externa, fortalecendo os canais e sistemas de comunicação identificados como ineficientes e insuficientes, principalmente a criação e implantação da Ouvidoria. Como no item anterior, a CPA foi reformulada e já foi implantada nova avaliação com a devida divulgação. Como também informado em item anterior, a transferência de mantença foi realizada no ano de 2013 e a equipe de gestão já foi apresentada aos alunos, professores e funcionários. - Meta cumprida, tendo, inclusive, como resultado: A ouvidoria nestes dois anos apresentou relatórios mensais à Direção e aos Departamentos envolvidos, com os encaminhamentos necessários, bem como devolutiva aos interessados. Tem havido, também, reuniões semanais com a Assessora de Comunicação e Marketing, trazendo excelentes resultados.

#### **Dimensão 4:**

Foi formulado o Plano de Carreira Docente, sendo devidamente incluído no PDI e protocolado na DRT/MT. O corpo docente foi reestruturado a partir do segundo semestre de 2013, sendo aprimorado para 2014, com o aumento de professores mestres e doutores, bem como em regime de trabalho parcial. Até o final do ano de 2014 será formulada a Política de Capacitação Docente e a Política de Capacitação Técnico-Administrativo. - Meta cumprida integralmente.

#### **Dimensão 5:**

O Regimento da Faculdade foi totalmente reformulado, principalmente no que se refere à composição dos órgãos, representatividade dos segmentos (docente, discente e técnico-administrativo) e à relação da Mantida e da Mantenedora. Com a transferência de Mantença, a equipe gestora foi constituída de modo a garantir a autonomia da gestão e didático-pedagógica. - Meta cumprida integralmente.

#### **Dimensão 6:**

A partir do segundo semestre de 2013, a Faculdade passou por grande reforma em todas as suas salas de aula e sanitários, principalmente para alunos com necessidades especiais. As salas estão climatizadas, com data show e lousas novas. A próxima fase será a biblioteca e o espaço de convivência. Como já dito em item anterior, o acervo bibliográfico foi devidamente atualizado e novos exemplares foram adquiridos. A Coordenação Pedagógica e a Diretoria foram transferidos para os andares acessíveis atendidos pelo elevador. - Meta cumprida, tendo, inclusive, os seguintes resultados: A instituição está totalmente adaptada para atendimento aos deficientes, foram criadas as salas de estudos individuais e coletivos, espaço de convivência, lanchonete, central de xerox, instalações estas que não existiam à época da visita *in loco*. O laboratório de informática foi totalmente reformado e foram adquiridos novos computadores.

#### **Dimensão 7:**

Como já dito em item anterior, a CPA foi totalmente reformulada, tendo sido aplicada nova avaliação institucional no segundo semestre de 2013. As reuniões tem sido sistemáticas e contínuas, a fim de consolidar a CPA e criar a cultura de avaliação na instituição. O novo plano de ação da CPA contempla a participação dos egressos no processo de autoavaliação e os indicadores de qualidade das avaliações externas. - Meta cumprida integralmente, tendo sido apresentado o Relatório de 2014, discutido amplamente entre os diversos setores da instituição, a Direção e a Mantenedora.

#### **Dimensão 8:**

A partir de agosto de 2014 será implantado o SEAPE - Serviço de Atendimento Psicopedagógico ao Estudante, com a finalidade de promover atendimento aos discentes, levantamento das necessidades de nivelamento e demais necessidades dos alunos. O SEAPE também será responsável pela sensibilização dos alunos ao ENADE. Serão oferecidas oficinas de língua portuguesa e lógica no segundo semestre de 2014. Foi implantado o Núcleo de Extensão, com o objetivo de promover atividades, cursos e projetos de extensão aos alunos e à comunidade externa. Meta integralmente cumprida, pois o SEAPE já foi efetivamente implantado, com a alteração, inclusive,

do seu nome para SEAPP - Serviço de Apoio Psicopedagógico, cujo projeto de atuação foi ampliado, inclusive, para atendimento às Políticas de Inclusão.

#### **Dimensão 10:**

Com a transferência de Manutenção por um grupo sólido e com capacidade de investimento, a FAPSS equilibrou suas finanças no final do ano de 2013. O ano de 2014 começou com a reforma das instalações e atualização do acervo da biblioteca, que continuará até o final de 2014. Como políticas de expansão, tendo em vista a impossibilidade de autorização de novos cursos de graduação, a FAPSS planejou novos cursos de pós-graduação e de extensão, atualizando seu corpo docente e ampliando o regime de trabalho dos mesmos. - Meta integralmente cumprida.

#### **Dispositivos Legais:**

Quanto aos dispositivos legais não cumpridos à época da visita *in loco*, a FAPSS já sanou todas as deficiências ao longo do Termo de Compromisso.

A FAPSS solicita, portanto, a Reavaliação com o agendamento da oportuna visita *in loco* verificação de todo o alegado.

Termos em que pede deferimento.

Corpo Diretivo

Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS

### **FASE: INEP - REAVALIAÇÃO PROTOCOLO DE COMPROMISSO**

Movimentação:

- 03/07/2015 16:50 - Fase iniciada
- 21/03/2017 09:44 - Assinado (Rogerio Dentello). Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: 03

Analisado por: Rogerio Dentello

Data: 21/03/2017 09:44:21

Relatório de avaliação:

#### **Informações Gerais da Avaliação**

<b>Protocolo:</b>	201108720
<b>Código MEC:</b>	1241822
<b>Código da Avaliação:</b>	122465
<b>Ato Regulatório:</b>	Recredenciamento
<b>Categoria Módulo:</b>	Instituição
<b>Status:</b>	Finalizada
<b>Instrumento:</b>	289 - Instrumento de avaliação institucional externa - Recredenciamento e Transformação de organização acadêmica (presencial)
<b>Tipo de Avaliação:</b>	Avaliação de Protocolo

#### **Nome/Sigla da IES**

FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL - FAPSS-SP.

#### **Endereço da IES**

41422 - Unidade SEDE - Rua Lopes Chaves, 273 Barra Funda. São Paulo - SP. CEP: 01154010

#### **Informações da Comissão**

<b>Nº de Avaliadores:</b>	3
<b>Data de Formação:</b>	28/11/2016 15:39:04
<b>Período de Visita:</b>	12/03/2017 a 16/03/2017
<b>Situação:</b>	Visita Concluída

## Avaliadores "ad-hoc"

SUELI MARIA DOS REIS SANTOS (23610948604) -> Ponto Focal

João Carlos Cattelan (24200786915)

Maria Salete Marcon Gomes Vaz (44311931972)

## Contextualização

### Instituição

A mantenedora da IES é a BWS - Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo/SP, cujo Estatuto foi inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do 4º Cartório de Títulos e Documentos da Capital de São Paulo. O seu CNPJ é 18.634.348/0001-04 e o endereço é Rua São Domingos, nº 69, bairro Bela Vista, município de São Paulo/SP. A mantida, Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS), de código 362, tem sede no Município de São Paulo/SP e se situa no mesmo endereço da mantenedora. O reconhecimento da IES aconteceu pelo Decreto Federal nº 40.719, de 08/01/1957. Quanto ao perfil, segundo o PDI, [A FAPSS consolidou-se como instituição na área do Serviço Social e tem contribuído na sua área de atuação], objetivando [formar profissionais de alto nível, habilitando-os técnica e cientificamente ao incorporar a teoria como instrumento de explicação e efetivação da prática social, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão]. Quanto à missão, a IES busca [formar profissionais capazes de intervir nas múltiplas relações sociais, conscientemente comprometidos em dirigir suas ações em defesa dos direitos sociais, da justiça, em prol do acesso democrático dos excluídos aos bens e serviços oferecidos pela sociedade (e) formar profissionais que, além de investigativos e generalistas, aprendam a intervir com ações concretas na realidade]. Sobre o contexto da FAPSS, ela se situa em São Paulo, um dos estados importantes do país, que concentra 30% do valor gerado na economia. Mas, como a educação não se limita ao contexto regional e deve considerar a nação, a IES entende que [o insucesso escolar dificulta a universalização do ensino], afirma que [os jovens oriundos de ambientes desfavorecidos sofrem as consequências] e, pois, [é necessário que haja investimentos em todos os níveis educacionais]. Assim, a FAPSS busca [contribuir com as políticas de reinserção e de recuperação de jovens que chegam ao mercado de trabalho sem qualificação], pois [entende que esta realidade aumenta a sua responsabilidade] e deve manter o [compromisso social com a inclusão de quem não teve acesso ao meio acadêmico]. Quanto à localização, a IES está situada no bairro Bela Vista, cujo transporte público direciona para a estação de ônibus Bandeira e para o terminal de metrô do Anhangabaú, que permitem o acesso de alunos de todas as regiões da cidade e também dos municípios próximos à grande São Paulo. A história da IES retoma à década de 30, quando, na Europa, [crescia o movimento feminista e o movimento sindical e havia uma significativa interferência do mundo das artes na crítica à realidade]. Era preciso, conforme o PDI, organizar ações para difundir [a ordem e a doutrina cristã]. Assim, [em 1936, criou-se a primeira escola de Serviço Social em São Paulo, na Universidade Católica, somente para mulheres, visando fundamentar a assistência social às pessoas carentes]. Porém, em 02/03/1940, criou-se o Curso de Serviço Social masculino, instalado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento, da Ordem Beneditina, que, em 1946, passou a fazer parte da estrutura da PUC-SP. Em 1962, a IES tornou-se independente como FAPSS, mantida pela Sociedade de Serviço Social. Hoje, a IES se prepara para [aumentar qualitativamente a oferta de cursos, com Administração, Pedagogia, Ciências Sociais e Psicologia, para dar uma resposta à nova realidade brasileira. De acordo com o Relato Institucional, os últimos conceitos da IES, de 2013, são 2, em que pese o curso de Serviço Social ter sido avaliado pelo ENADE de 2016 e ter obtido o conceito 4. Para a melhoria acadêmica e a resolução de pendências, a FAPSS reformulou a [sistemática de autoavaliação e implementação da CPA e realizou o novo processo de avaliação no prazo dado pelo MEC]. Em 2013, [a autoavaliação institucional permitiu criar estratégias de superação dos problemas identificados]. Em 2014, [foi realizada uma nova autoavaliação]. Na medida em que as reuniões se tornaram sistemáticas, [consolidou-se a cultura institucional da avaliação], que [permitiu integrar os egressos e ampliar a identificação de indicadores de qualidade das avaliações externas], abrindo espaço para [um plano de ação para lidar com os aspectos apontados pelo processo]. Em relação à valorização dos docentes, conforme o PDI, a Mantenedora instituiu o Plano de Carreira Docente, que visa [desenvolver relações harmônicas entre os integrantes da comunidade acadêmica, estimular a criatividade e a participação de docentes nas atividades da IES, aprimorar as condições de trabalho, com atualização dos padrões salariais, e apoiar a produção científica dos professores e suas iniciativas individuais e/ou coletivas para a capacitação continuada]. No que diz respeito ao corpo técnico-administrativo, também conforme o PDI, a FAPSS [contratará cursos e treinamentos e/ou concederá bolsas integrais fora das dependências da IES, custeando, inclusive, deslocamento, estadia e alimentação]. O sistema de avaliação adotado prima pela competência, está articulado às descrições de tarefas relativas a cada cargo da administração e sustenta a implementação da política de cargos e salários. Quanto à gestão para melhorias, a IES desenvolve [um diagnóstico sistematizado e permanente das oportunidades de melhoria dos processos de ensino] e [este diagnóstico subsidia informações importantes para a reflexão dos gestores sobre a qualidade dos serviços oferecidos]. A partir dele, [é possível implementar modificações e promover adequações]. Neste sentido, a FAPSS oferece possibilidades de especialização e de crescimento profissional com Minicursos e Aulas Magnas que abarcam temáticas que estão



modificando a dinâmica da sociedade contemporânea. Trata-se de temas como [novas configurações familiares, direitos estendidos aos pais e proteção social à parcela da população que se encontra em vulnerabilidade e riscos sociais]. A abordagem destes temas permite [despertar o interesse dos alunos para a pesquisa], tanto na graduação, com a iniciação científica e elaboração de TCCs, como na pós-graduação, com as especializações existentes. A [Faculdade entende ser importante a presença de seus alunos e egressos nos eventos promovidos, pois abordam conteúdos e inquietações do cotidiano e da prática profissional], ampliando a discussão e a identificação de recursos para a melhoria da qualidade ao atendimento sócio-assistencial]. Quanto à política para estrangeiros, à quantidade de estrangeiros e a disciplinas em língua estrangeira, o PDI nada menciona. Há apenas uma referência no que se refere à pós-graduação, que aponta a ação de [ampliar e fortalecer o intercâmbio interno, nacional e internacional de docentes e de pós-graduandos]. Apesar de abordar programas de bolsas e indicar o número de alunos beneficiados, as únicas ocorrências efetivas se referem a descontos para alunos carentes e há, no PDI da IES, duas referências à concessão, quando menciona [ações institucionais de bolsas de estudos, promovendo a inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida] e quando trata da [qualificação profissional do corpo técnico-administrativo com bolsas integrais ofertados fora das dependências] da IES. Cabe mencionar, ainda, que o PDI prevê o investimento em Iniciação Científica e em Monitoria, mas nada existe de implementado. Em relação à sustentabilidade ambiental, há a previsão de [projetos, cursos, eventos e atividades relacionadas às áreas de saúde, sociais, gestão, administração e meio ambiente], de [ações de Extensão Universitária que contemplem as grandes questões como meio ambiente], de [projetos de sustentabilidade e preservação do meio ambiente] e de [ações focadas na preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural].

## Síntese Da Ação Preliminar À Avaliação

A comissão composta pelos professores Sueli Maria dos Reis Santos (coordenadora), Maria Salete Marcon Gomes Vaz e João Carlos Cattelan teve a incumbência de realizar a atividade avaliativa que se refere ao Ato Regulatório de Recredenciamento (Protocolo de Compromisso) da Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS), situada em São Paulo, Estado de São Paulo. A avaliação é relativa, especificamente, ao campus de número 41.422 (Unidade Sede). O Código da Avaliação é 122465 e o do Protocolo é 201108720. Os documentos que serviram de base para a avaliação foram: a) o PDI, com validade de 2015 a 2019, que, apesar de ter como referência as 10 (dez) dimensões estabelecidas no Instrumento de Avaliação Institucional Externa anterior e não os 5 (cinco) eixos atuais, atende relativamente bem ao estipulado pela legalidade; b) o Formulário Eletrônico previsto no e-MEC, que apresenta todos os seus campos preenchidos adequadamente; c) o Relato Institucional, construído conforme a Nota Técnica Inep/Daes/Conaes nº 062; e d) os Relatórios de Autoavaliação de 2013 a 2016, que apresentam os resultados das avaliações dos anos anteriores. Cumpre frisar, por fim, que, em relação às ressalvas feitas no Despacho Saneador que consta do e-MEC, quais sejam: a) a não-apresentação do demonstrativo financeiro com as devidas assinaturas do contador registrado e do representante da mantenedora; b) a não-alteração da denominação da mantida; e c) a não-exclusão do Parágrafo Único do Art. 32 (antes era o Art. 42) do Regimento da Instituição, a IES solucionou todos os problemas indicados, não havendo mais pendências.

## Docentes

Nome do Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo Empregatício
ALEXANDRE JOSE BERNARDO	Mestrado	Parcial	CLT
BARBARA ANA FIRMINO CARQUEIJO	Especialização	Parcial	CLT
C&AACUTE;SSIA MAZETI ROSSI	Mestrado	Parcial	CLT
DEBORA NUNES DE OLIVEIRA	Mestrado	Horista	CLT
DEISE FERNANDES DO NASCIMENTO	Mestrado	Horista	Outro
H&EACUTE;LIO FONSECA DE ARAUJO	Especialização	Horista	CLT
ILKA CUSTODIO DE OLIVEIRA	Doutorado	Parcial	CLT
MARCEL RONALDO MORELLI DE MEIRA	Doutorado	Horista	CLT
MÁRCIA CAMPOS EURICO	Mestrado	Horista	CLT
MARIA ISABEL DE ASSIS	Mestrado	Horista	CLT
MICHELLE MARTINS VIEIRA BERNARDO	Especialização	Parcial	CLT
MIRIAN FERRARI	Mestrado	Horista	CLT

NATÁLIA NERIS DA SILVA SANTOS	Mestrado	Horista	CLT
NATALINA ALMEIDA DE JESUS	Mestrado	Horista	CLT
PEDRO JAVIER AGUERRE HUGHES	Doutorado	Horista	CLT
RENATA ELIZA DE OLIVEIRA	Especialização	Horista	CLT
SANDRA ELOIZA PAULINO	Doutorado	Parcial	CLT
SUELEN GREGATI DA IGREJA	Mestrado	Parcial	CLT
VALDEIR CLAUDINEI DE OLIVEIRA	Doutorado	Parcial	CLT

## Categorias Avaliadas

### Dimensão 1: EIXO 1 ▢ PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). 3

**Justificativa para conceito 3:** A IES relata no PDI (2015-2019), disponibilizado no e-MEC, de modo suficiente a evolução da instituição em relação aos processos de planejamento e avaliação institucional. O planejamento e a avaliação institucional norteiam a tomada de decisões voltadas às dimensões institucionais. Há revisão periódica dos segmentos avaliados pela CPA, com consequente mudanças, julgadas como prioridades. Os segmentos entrevistados reportam que são comunicados sobre os resultados das avaliações e percebem as mudanças realizadas, em função das avaliações.

1.2. Projeto/processo de autoavaliação institucional. 3

**Justificativa para conceito 3:** A auto-avaliação institucional esta implantada e atende suficientemente às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas para melhorias. Foram postados no e-MEC três relatórios de auto-avaliação (2013, 2014-2015 e 2015) com os resultados das avaliações feitas pela CPA, com relatórios bem elaborados. Assim, numa análise geral sistêmica e global, a comissão entende que a IES atende de modo suficiente a este quesito.

1.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). 3

**Justificativa para conceito 3:** O processo de autoavaliação está implantado de maneira suficiente, com participação das comunidades acadêmica e administrativa. A forma de participação é realizada através de questionário impresso. A metodologia de implementação da autoavaliação envolve sensibilização, diagnóstico, avaliação interna, relatório final, divulgação, balanço crítico (consolidação) e avaliação externa.

1.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). 3

**Justificativa para conceito 3:** A avaliação tem caráter formativo com vistas ao aprimoramento da missão e do compromisso social da IES. A avaliação é orientada por três processos: Avaliação institucional (autoavaliação e avaliação externa), ENADE e ACG - Avaliação dos Cursos de Graduação. O Programa de Avaliação Institucional, coordenado pela CPA, busca indicar as dimensões e processos, acompanhando e avaliando a implementação do PDI e PPI da IES. A divulgação dos resultados de autoavaliação institucional e das avaliações externas ocorre para a comunidade acadêmica de modo suficiente e os alunos reportaram que foram comunicados sobre as conclusões obtidas quanto às suas respostas. Foram relatados usos de cartazes, banners e seminários para divulgação dos resultados da CPA. A comunidade tem conhecimento da CPA e do trabalho desenvolvido.

1.5. Elaboração do relatório de autoavaliação (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). 3

**Justificativa para conceito 3:** Os relatórios de auto-avaliação (2013, 2014-2015, 2015) expressam os resultados de avaliação, de forma suficiente.

### Dimensão 2: EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1.	3
Missão institucional, metas e objetivos do PDI.	
<p><b>Justificativa para conceito 3:</b> As metas e objetivos do PDI estão implantados de maneira suficiente com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e os resultados do processo de avaliação institucional. O perfil da IES é apresentado, contemplando a sua missão e seus objetivos. Tem como Missão, principalmente, formar profissionais capazes de intervir nas múltiplas relações sociais, conscientemente comprometidos com a direção de suas ações em defesa dos direitos sociais, da justiça, em prol do acesso democrático aos bens e serviços oferecidos pela sociedade. Há desenvolvimento e fortalecimento de estratégias pedagógicas inovadoras e participativas, bem como a promoção de atividades extensionistas. As metas institucionais para os objetivos propostos estão sendo alcançadas, conforme a estrutura financeira e o número de alunos matriculados, na graduação e pós-graduação lato sensu.</p>	
2.2.	3
Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.	
<p><b>Justificativa para conceito 3:</b> A coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação foi observada e está implantada de forma suficiente pela IES. As políticas de ensino incentivam a produção de conhecimento com qualidade, relacionando-o ao contexto regional e à formação ética e humanizada. Para o Curso de graduação em Serviço Social, a ênfase é dada a uma formação generalista com caráter problematizador e continuado, permitindo o desenvolvimento discente de modo criativo, multidirecional e engajado socialmente. Nos cursos de pós-graduação, as políticas de ensino incentivam a aplicação teórica e prática, com atendimento à comunidade e o desenvolvimento discente voltado para o mercado.</p>	
2.3.	4
Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	
<p><b>Justificativa para conceito 4:</b> Há coerência muito boa entre o PDI e as práticas de extensão implantadas. A IES realiza seminários de atualização em suas áreas de competência; possui cursos de extensão envolvendo temas atuais e de interesse das comunidades interna e externa; oferta eventos envolvendo categorias específicas; cria e presta serviços; dá assessoria e consultoria à comunidade, envolvendo acadêmicos, docentes e profissionais; promove serviços de intermediação de estágios e realiza estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local e/ou regional. A IES possui estratégias de ação para incentivar atividades de extensão, tais como a realização diagnóstica da realidade social, a organização de fóruns, seminários e workshops e a implantação de políticas de ação extensionista.</p>	
2.4.	2
Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	
<p><b>Justificativa para conceito 2:</b> Na IES, a coerência entre o PDI e as atividades que envolvem pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural é insuficiente. O PDI prevê incentivo às atividades deste quesito, porém não está implementado.</p>	
2.5.	4
Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	
<p><b>Justificativa para conceito 4:</b> As ações institucionais voltadas para os temas deste quesito estão muito bem implantadas e coerentes com o PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural. Esses temas são abordados no contexto das disciplinas e nas atividades extraclasses dos cursos (graduação e pós-graduação) ofertados pela IES. A abordagem contempla temáticas de globalização, empreendedorismo, meio ambiente, ética profissional, desenvolvimento sustentável, direito e cidadania, entre outros. Todos os temas são trabalhados atendendo às demandas locais e regionais.</p>	
2.6.	3
Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	
<p><b>Justificativa para conceito 3:</b> Existem ações implantadas pela instituição que contemplam de maneira suficiente, principalmente o desenvolvimento social, em vista da preocupação institucional com a melhoria das condições/qualidade de vida da população e com o desenvolvimento de projetos/ações de inovação social. A IES atua como organismo de assessoramento, de consulta e de prestação de serviço, oferecendo atendimento e tratamento gratuito a pacientes de baixa renda. São realizados atendimentos dermatológicos gratuitos à comunidade em geral.</p>	
2.7.	4
Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.	

**Justificativa para conceito 4:** A coerência entre o PDI e as ações de inclusão social implantadas na instituição é muito boa. A IES tem direcionado ações para a inclusão social, fornecendo bolsa institucional na forma de descontos na mensalidade, podendo chegar a 100%. A IES é referência no atendimento social, por se preocupar com a condição socioeconômica dos pacientes que são atendidos, demonstrando uma dinâmica de responsabilidade social e transparência dos princípios que a norteiam.

2.8.

Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

3

**Justificativa para conceito 3:** A coerência entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial implantadas pela IES é suficiente, pois são realizadas atividades práticas supervisionadas bem como reflexões sobre as práticas realizadas.

2.9.

Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).

NSA

**Justificativa para conceito NSA:** A internacionalização não se aplica, visto que não está prevista no PDI.

### Dimensão 3: EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1.

Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.

3

**Justificativa para conceito 3:** As políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para o curso de graduação estão implantadas de modo a promover e difundir conhecimentos. Para tal, conta com um quadro de profissionais capacitado, qualificado e comprometido com o processo formativo. Essas políticas apoiam a reestruturação do curso pautadas na necessidade de formação continuada e no atendimento das demandas sociais e legais. Para a efetivação da proposta a IES investe na formação e na qualificação dos docentes e do pessoal técnico-administrativo de apoio; adota a inclusão de novos recursos didáticos e pedagógicos; facilita a aproximação da vivência acadêmica e profissional e o desenvolvimento da responsabilidade social, realizando estudos inter- e transdisciplinar de forma a assegurar um ambiente acadêmico e inovador. O NDE conduz o processo, no âmbito de suas competências, nas questões relacionadas ao desenvolvimento do PPC, aos conteúdos curriculares, às referências bibliográficas, às atividades práticas e a outras atividades relacionadas ao curso. Conforme o PDI 2015-2019, a formação acadêmica objetiva preparar profissionais empreendedores para a nova realidade do mercado e formação técnica e humanística consistente, calcada em princípios éticos e de responsabilidade sócio-ambiental. As ações pedagógicas implantadas no Curso de Graduação em Serviço Social apontam para a interface entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de produzir conhecimento a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais. As ações acadêmico-administrativas previstas estão suficientemente implantadas e estão relacionadas com as políticas de ensino para o único curso de graduação ofertado pela IES.

3.2.

Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (aplica-se também às Faculdades e Centros Universitários, quando previstos no PDI).

NSA

**Justificativa para conceito NSA:** No PDI 2015-2019 não há previsão de ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

3.3.

Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *lato sensu* (aplica-se quando previsto no PDI).

4

**Justificativa para conceito 4:** As ações acadêmico-administrativas estão muito bem implantadas e relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação *lato sensu*. Atualmente, estão em funcionamento Cursos de Especialização em Dermatologia, em várias subáreas. Na área de Serviço Social, estão em funcionamento três Cursos de Especialização em Serviço Social: Trabalho Social com Famílias, Intervenção Psicossocial e Prevenção de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes.

3.4.

Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

2

**Justificativa para conceito 2:** Considerando as características da IES, o regime de trabalho, a titulação docente e as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas e timidamente implementadas, considerando as políticas estabelecidas pela instituição. Ressalte-se que a produção discente ainda se limita à elaboração do trabalho de conclusão de curso. Assim, nesse descritor, a IES demonstra insuficiência na realização das ações previstas no PDI (2015-2019).

3.5.	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.	4
<b>Justificativa para conceito 4:</b> A IES implementa atividades de extensão voltadas às necessidades e aos interesses da comunidade interna e externa, com destaque para o atendimento no ambulatório de dermatologia e estética. As ações neste ambulatório são desenvolvidas de segunda a sexta-feira, em dois turnos diurnos, sendo realizadas por estudantes dos cursos lato sensu em dermatologia, e orientadas e supervisionadas por docentes dos cursos. As ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas e muito bem implantadas, conforme documentação disponibilizada, informações contidas no PDI (2015-2019), depoimentos obtidos em reuniões realizadas com a comunidade acadêmica e constatação das ações implementadas e em execução durante a visita da comissão.		
3.6.	Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	2
<b>Justificativa para conceito 2:</b> Foi evidenciado, a partir dos documentos disponibilizados pela IES, que o estímulo à difusão das produções acadêmicas mostra-se frágil. Esse fato foi comprovado por depoimentos de docentes e discentes em reuniões, os quais afirmaram que os gestores da IES estimulam a difusão, mas o apoio à participação dos estudantes e docentes em eventos técnico-científicos e cursos de atualização e qualificação não ocorre efetivamente. Deste modo, as ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas na IES estão sendo implantadas gradativamente, mas ainda de maneira insuficiente.		
3.7.	Comunicação da IES com a comunidade externa.	3
<b>Justificativa para conceito 3:</b> A comunicação externa se realiza a partir da utilização das seguintes ferramentas: redes sociais, canal de notícias e informações no portal da IES, portal do estudante e assessoria de marketing institucional. A Ouvidoria online constitui um canal exclusivo para atendimento de estudantes, colaboradores e comunidade externa que está hospedada no portal institucional. Conforme o regimento da IES, no seu Art.3º, o ouvidor é o responsável pela mantenedora. A comissão teve acesso aos relatórios da ouvidoria, relativos a 2014 e 2015. Nestes termos, os canais de comunicação externa expressam suficiência de implantação.		
3.8.	Comunicação da IES com a comunidade interna.	3
<b>Justificativa para conceito 3:</b> A instituição mantém canais de comunicação com professores, coordenadores, funcionários e estudantes, cujas ferramentas podem ser utilizadas pelos gestores para comunicações internas. Os canais utilizados são murais e placas de informação nas dependências da instituição e implantação da ouvidoria, que colaboram para o acesso e democratização da informação, cujas demandas foram consolidadas em relatórios mensais enviados aos gestores para as providências cabíveis, bem como para oferecer uma devolutiva aos interessados. O setor de Marketing institucional se responsabiliza por produzir e divulgar as informações para a comunidade interna e externa. O boletim eletrônico quinzenal é direcionado à comunidade acadêmica com divulgação cultural, promoção de eventos internos e externos, estágios, convênios com instituições, homenagens, entre outros. Considerando os aspectos de acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da existência de mecanismos de transparência institucional e da ouvidoria, entre outros, a comunicação interna da IES com a comunidade interna está implantada de maneira suficiente.		
3.9.	Programas de atendimento aos estudantes.	3
<b>Justificativa para conceito 3:</b> A IES implementou o Serviço de apoio Pedagógico que atua assegurando a integração dos estudantes nos aspectos pedagógicos e sócio-educativos através da articulação com os diversos setores da instituição. Esse serviço está voltado para o acompanhamento de estudantes de graduação e pós-graduação e tem como diretriz a oferta de um serviço especializado de apoio educativo com as seguintes competências: apoiar os acadêmicos regularmente matriculados, com caráter preventivo, informativo e de orientação; contribuir para o desenvolvimento e adaptação do estudante, buscar a utilização mais eficiente de recursos intelectuais, psíquicos e relacionais, considerando os aspectos emocionais e pedagógicos; ofertar atendimento emergencial e informativo quanto à dificuldade de cada estudante envolvendo a escuta da situação-problema e identificar as áreas de dificuldade profissional, pedagógica, afetivo-relacional e/ou social. O órgão realiza oficina de "Leitura de textos acadêmicos" para proporcionar as condições necessárias para aprimorar e desenvolver habilidades de leitura e escrita na Língua Portuguesa. A instituição, em parceria com a ONG APORTA - Associação dos Portadores e Familiares com Transtornos de Ansiedade, realiza oficinas e palestras para os estudantes melhorarem suas capacidades de atenção, concentração e memória, assim como favorece um tempo de relaxamento antes do período das aulas. A IES, no início do ano letivo, oferta bolsa institucional para estudantes, cujo percentual de desconto na mensalidade pode chegar a 100%. Os programas de apoio aos estudantes estão implantados de maneira suficiente.		
3.10.	Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	2

**Justificativa para conceito 2:** Os docentes estimulam os estudantes a participarem de eventos internos, bem como incentivam a produção científica considerando o grau acadêmico. São realizados eventos internos e gratuitos. Quando se trata de eventos externos, a instituição ainda não implantou programa de apoio aos docentes e discentes. A IES não concede aos discentes bolsas de monitoria e iniciação científica. Nesse sentido, os programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente estão implantados de maneira insuficiente.

3.11.

Política e ações de acompanhamento dos egressos.

2

**Justificativa para conceito 2:** A execução de políticas e ações de acompanhamento dos egressos por meio do desempenho profissional está prevista no PDI 2015-2019, no entanto o único instrumento de acompanhamento é o questionário disponível para o egresso no portal institucional. Sendo assim, a atuação da instituição no cumprimento deste indicador é insuficiente.

3.12.

Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.

2

**Justificativa para conceito 2:** A execução de políticas e ações de acompanhamento dos egressos por meio do desempenho profissional está prevista no PDI 2015-2019. O programa prevê ações de pesquisa e monitoramento da empregabilidade e da preparação para o mercado de trabalho, de modo a traçar indicadores de inserção da IES no ambiente socioeconômico da região, enfatizando a responsabilidade social e a cidadania. A IES espera que os egressos retornem à instituição para realizar cursos de pós-graduação. No entanto, estas ações não estão consolidadas, indicando uma atuação insuficiente por parte da instituição no cumprimento deste indicador.

3.13.

Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).

NSA

**Justificativa para conceito NSA:** O PDI 2015-2019 não prevê inovação tecnológica e propriedade intelectual.

#### **Dimensão 4: EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO**

4.1.

Política de formação e capacitação docente.

3

**Justificativa para conceito 3:** Quanto à política de formação e capacitação, os docentes relataram que há incentivo e apoio para a participação em eventos científicos, técnicos, culturais e de capacitação. O planejamento acadêmico da IES prevê participação em seminários, palestras e outras atividades que colaborem para o aprimoramento continuado dos docentes. Há interesse da Instituição por abordar aspectos de política educacional, novos métodos e práticas de ensino. A comissão verificou que existe uma política de formação e de capacitação docente prevista e implantada de maneira suficiente.

4.2.

Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.

3

**Justificativa para conceito 3:** A comissão constatou que a IES tem uma política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo prevista e implantada. Em 2015, conforme depoimentos dos técnicos, a IES se comprometeu com a qualificação e oportunizou a participação dos técnicos em cursos de ampliação de conhecimento técnico (secretaria acadêmica digital, telemarketing ativo e receptivo e outros) e de desenvolvimento de habilidades e atitudes (liderança, motivação, trabalho em equipe e outros). O sistema de avaliação tem ênfase na meritocracia e nas competências exigidas para o exercício dos cargos/funções descritos no PDI, cuja implantação teve início em janeiro de 2016. A política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira suficiente, considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.

4.3.

Gestão institucional.

3

**Justificativa para conceito 3:** A IES, em sua estrutura administrativa e gerencial, evidencia autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiado, com participação dos segmentos acadêmicos conforme os critérios de indicação e recondução de seus membros; realiza e registra suas reuniões em atas. O modelo organizacional e de gestão institucional está descrito no PDI 2015-2019, no Relatório Institucional e no Regimento Interno e está implantado coerentemente. Em reunião com os integrantes da CPA e coordenadores de cursos, estes confirmaram a existência de autonomia e independência em relação aos órgãos de gestão. A comissão verificou os registros em atas de reuniões do Conselho Superior, Colegiado do Curso Serviço Social e da CPA. Nestes termos, a gestão institucional está suficientemente implantada para o funcionamento da IES.

4.4. 3  
Sistema de registro acadêmico.

**Justificativa para conceito 3:** O sistema de registro pode ser acessado por meio do site institucional. A IES utiliza o Software de Registro Acadêmico, TOTVS e DOMINUS, que atende às demandas institucionais do segmento acadêmico. As informações constantes no sistema acadêmico estão suficientemente organizadas proporcionando agilidade no atendimento às demandas inerentes ao registro acadêmico. No sistema de registro acadêmico há uma diversidade de documentos que auxiliam no desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas por parte da comunidade acadêmica (professores, estudantes, gestores e técnico-administrativos). O sistema de registro acadêmico implantado na FAPSS atende maneira suficiente às necessidades institucionais e dos discentes, considerando os aspectos de organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.

4.5. 4  
Sustentabilidade financeira.

**Justificativa para conceito 4:** A IES apresentou demonstrativo financeiro com as assinaturas do contador registrado (CRC e do representante da mantenedora). Os demonstrativos apontam que a IES, no que se refere à sustentabilidade financeira, apresenta resultados positivos, conforme balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados apresentados. Estes resultados, considerando os cursos implantados, estão coerentes com o PDI, mostram adequação do orçamento previsto e compatibilidade dos recursos oferecidos com as verbas e os recursos disponíveis. Sendo assim, os resultados financeiros da IES demonstram sustentabilidade financeira e a comissão verificou que as fontes de recursos previstas e executadas atendem muito bem ao custeio e aos investimentos em gestão, ensino, extensão e pesquisa.

4.6. 4  
Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.

**Justificativa para conceito 4:** A comissão comprovou que o planejamento financeiro previsto e executado está relacionado com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão e em conformidade com o PDI. Conclui-se que a sustentabilidade financeira da Mantenedora é muito boa. Em reuniões com os segmentos docente e técnico-administrativo, foi informado que a IES mantém em dia o pagamento dos salários e também cumprem todas as obrigações trabalhistas. A comissão verificou que há contínuos investimentos em infraestrutura e preocupação com a manutenção de equipamentos, laboratórios e espaços físicos existentes e com a melhoria dos espaços de apoio acadêmico, coordenação e direção, assim como com a manutenção dos equipamentos de ensino. Enfim, existe uma estratégia de gestão econômico-financeira que consiste em manter o equilíbrio com recursos próprios. Sendo assim, a relação entre o planejamento financeiro e a gestão institucional está muito bem executada, considerando a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI e com o RI.

4.7. 3  
Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

**Justificativa para conceito 3:** A IES possui e executa um Plano de Carreira Docente protocolado em 22 de maio de 2015, no NUDPRO/SRTE/SP 46219, 011596/2-15-11. Em reunião com os docentes, estes disseram ter pleno conhecimento da existência do plano de carreira e de gestão do corpo docente. Acrescentaram que esse plano integra o projeto institucional quanto à busca permanente de melhores padrões de qualidade e produtividade de seus recursos humanos. A comissão avaliou a coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente de forma suficiente.

4.8. 4  
Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

**Justificativa para conceito 4:** A comissão verificou que a gestão do corpo técnico-administrativo é muito boa em relação ao plano de carreira protocolado em 26 de junho de 2015, no NUDPRO/SRTE/SP 46219.14165/2015-07. Em reunião com o corpo técnico-administrativo, estes relataram ter pleno conhecimento do plano de carreira deste segmento e que a Instituição cumpre o que é determinado. Foi constatado que existe, de fato, uma política de desenvolvimento de Recursos Humanos por parte da IES.

## Dimensão 5: EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1. 4  
Instalações administrativas.

**Justificativa para conceito 4:** A visita permitiu constatar que as instalações administrativas existentes atendem muito bem às necessidades institucionais em relação aos aspectos relativos à quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. Seja no que se refere à sala da direção, à sala da coordenação do curso, à secretaria acadêmica, à biblioteca, à sala da coordenação de estágios, à sala de atendimento pedagógico dos alunos com necessidades, dentre outros, os espaços destinados à administração da IES atendem muito bem às necessidades institucionais. No entanto, as salas de aula e as salas destinadas aos setores administrativos se localizam em andares diferentes.

5.2.

Salas de aula.

4

**Justificativa para conceito 4:** As salas de aula, atualmente, atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando a quantidade, a limpeza, a iluminação, a acústica, a ventilação, a segurança e a conservação. Todas as salas possuem excelente iluminação, são equipadas com computador e multimídia, possuem carteiras para pessoas canhotas, apresentam luminárias de emergência e são climatizadas. Porém, a dimensão das salas é de pequeno porte para o número previsto de ingressantes e há falta de indicação tátil para pessoas como alguma deficiência.

5.3.

Auditório(s).

3

**Justificativa para conceito 3:** A IES possui um auditório que atende de maneira suficiente às necessidades institucionais. Embora a limpeza, a iluminação, a acústica, a ventilação, a segurança, a acessibilidade e a conservação sejam de ótima qualidade, há um auditório apenas, cuja capacidade é de 120 pessoas, um pouco abaixo do que a faculdade precisaria, haja vista ser um ponto de referência para eventos de extensão. Se, por um lado, o auditório atende muito bem ao curso de Serviço Social, considerando os cursos de pós-graduação lato sensu em curso, ele fica abaixo do que precisaria ser em relação à quantidade e capacidade de alocação de pessoas.

5.4.

Sala(s) de professores.

4

**Justificativa para conceito 4:** Considerando o fato de o corpo docente da IES ser constituído por 12 docentes, que são em sua maioria horistas, a sala de professores atende muito bem às necessidades institucionais, considerando a sua dimensão, a limpeza que apresenta, a boa iluminação do local, a acústica muito boa, a ventilação adequada, as condições de segurança necessárias, a acessibilidade fácil, a boa conservação e a infraestrutura de informática disponibilizada. Além disso, há que se considerar que a mesma é climatizada e dispõe de uma geladeira à disposição dos docentes.

5.5.

Espaços para atendimento aos alunos.

3

**Justificativa para conceito 3:** Os espaços para atendimento aos alunos atende de maneira suficiente às necessidades institucionais. No que se refere à privacidade, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança e conservação, os espaços em pauta atendem bem às demandas da faculdade. Porém, apesar de as salas da coordenação do curso e da direção serem amplas e confortáveis, elas ficam distantes das salas de aula. Além disso, a sala do Serviço de Atendimento Pedagógico e da Coordenação de Estágios são pequenas e compartilham o mesmo espaço. A Secretaria Acadêmica e o Setor Financeiro não contam com um espaço específico para acomodação dos acadêmicos que procuram por estes setores, devendo ser atendidos no balcão e aguardar em pé o atendimento, mesmo que por pouco tempo.

5.6.

Infraestrutura para CPA.

3

**Justificativa para conceito 3:** A infraestrutura destinada à CPA, compartilhada com a sala dos docentes, atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, haja vista contar com uma sala para a atividade, cujo local é climatizado, bem ventilado, limpo e conservado, e contar com um espaço para reuniões, onde há dois computadores para a realização dos trabalhos.

5.7.

Gabinetes/estações de trabalho para professores Tempo Integral - TI.

3

**Justificativa para conceito 3:** A nota 3 dada a este quesito somente foi atribuída por não existir dentre as alternativas a possibilidade de "Não se Aplica". A IES, como faculdade, não tem obrigação de contratar professores em Tempo Integral e ela não tem, neste momento, nenhum profissional contratado por meio deste regime.

5.8.

Instalações sanitárias.

3



**Justificativa para conceito 3:** As instalações sanitárias existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando que todos os andares possuem banheiro masculino e feminino, os tamanhos de cada um são adequados, todos são bem higienizados, a iluminação é bastante boa, a ventilação é adequada, as vias de segurança estão acessíveis, o acesso é fácil e a conservação está garantida. Quanto à acessibilidade, existe um banheiro adaptado para cadeirantes em apenas um andar e não há indicação tátil que conduza pessoas com deficiência até ele.

5.9.

Biblioteca: infraestrutura física.

3

**Justificativa para conceito 3:** A infraestrutura física da biblioteca atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando limpeza, iluminação, ventilação, segurança, conservação e condições para atendimento educacional especializado. Além disso, há ambientes para estudos individuais próximos à biblioteca e ao lado do laboratório de informática, há espaço adequado para técnico-administrativos e há plano de expansão física, que considera a necessidade de ampliação dos corredores entre as prateleiras de livros e de efetuar a indicação tátil no piso para pessoas com mobilidade reduzida.

5.10.

Biblioteca: serviços e informatização.

4

**Justificativa para conceito 4:** Os serviços da biblioteca atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando que há uma bibliotecária formada no setor e um segundo funcionário que cursa Biblioteconomia, que o acesso para consulta e reserva pode ser feito no local via tablets disponibilizados ou à distância por meio do sistema Sophia, que o acervo está informatizado, que há bancos de dados disponíveis, que empréstimos e renovações podem ser feitos no balcão ou por meio da internet e que há relatórios de gestão e horários de funcionamento regulares e de conhecimento público. Considere-se, ainda, o fato de haver previsão orçamentária anual para a atualização do acervo.

5.11.

Biblioteca: plano de atualização do acervo.

4

**Justificativa para conceito 4:** O plano de atualização do acervo físico e digital atende muito bem às necessidades institucionais, considerando a coerência com o que se acha proposto no PDI e o fato de haver alocação específica de recursos no orçamento da faculdade para a renovação do acervo e para a aquisição de novas indicações.

5.12.

Salas(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.

3

**Justificativa para conceito 3:** A sala de apoio de informática atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando a quantidade de equipamentos, as normas de segurança instaladas, o espaço físico destinado ao setor, o acesso à internet, a atualização constante de software, a acessibilidade digital, as condições ergonômicas, o suporte e o plano de atualização. Porém, não há um funcionário específico para o setor, ficando a incumbência ao encargo do pessoal da biblioteca, e há previsão de indicação tátil para pessoas com mobilidade reduzida.

5.13.

Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.

4

**Justificativa para conceito 4:** Os recursos de tecnologia de informação e de comunicação disponíveis na faculdade atendem muito bem às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil. Deve-se considerar que as salas de aula são equipadas com multimídia, há rede wi-fi disponível em todos os ambientes, a secretaria acadêmica e a biblioteca são informatizadas, há laboratório de informática disponível para os alunos, a sala dos professores conta com terminais de computação para os docentes e os demais locais (sala de coordenação, sala de direção e laboratórios de pós-graduação, dentre outros) são todos informatizados e possuem equipamentos de tecnologia e informação adequados às necessidades.

5.14.

Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.

4

**Justificativa para conceito 4:** Quanto à infraestrutura física dos laboratórios relativos às práticas didáticas, pode-se constatar que ela atende muito bem às necessidades institucionais, considerando o espaço físico (dimensão adequada, limpeza pertinente, excelente iluminação, ótima ventilação, segurança dentro do estabelecido em lei e conservação implementada), o plano de atualização de todas as necessidades materiais de cada setor e a fácil acessibilidade a cada um dos laboratórios utilizados.

5.15.

Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.

4

**Justificativa para conceito 4:** Quanto aos serviços necessários para a manutenção do funcionamento adequado dos laboratórios, dos ambientes e dos cenários para práticas didáticas, pode-se depreender que eles atendem muito bem às necessidades institucionais, em face do cuidado que se observa em relação a eles, da disponibilidade de pessoas para os serviços e do respeito às normas de segurança previstas.

5.16.

Espaços de convivência e de alimentação.

3

**Justificativa para conceito 3:** Os espaços de convivência e de alimentação existentes na faculdade atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando a quantidade (existe apenas um restaurante/cantina), a dimensão (o espaço é relativamente pequeno), a limpeza (muito bem cuidada), a iluminação (bastante adequada), a ventilação (local perfeitamente ventilado), a segurança (as normas previstas são atendidas), a acessibilidade (o espaço é acessível e atende às previsões legais) e a conservação (o local é conservado e bastante bem cuidado).

## **Dimensão 6: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS**

6.1.

**Alvará de funcionamento.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** A IES apresentou o Auto de Licença de Funcionamento emitido pelo Sistema Municipal de Processos (Protocolo de Autuação), cujo número é 2017-0.042.602-4, emitido em 13/03/2017. O Auto de Licença foi emitido em nome da BWS Consultoria Médica Educacional Ltda., cujo endereço é o da mantenedora, ou seja, Rua São Domingos, nº 69, bairro Bela Vista, São Paulo/SP.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.2.

**Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** A IES cumpriu este dispositivo legal, apresentando à comissão o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) de nº 278994, da Política Militar do Estado de São Paulo, expedido em 18 de janeiro de 2017.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.3.

**Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme disposto na Portaria N° 1.224, de 18 de dezembro de 2013.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** A Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme disposto na Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, é cumprida pela IES, conforme Portaria FAPSS 001/2017, de 13 de março de 2017, que designa a servidora Marlene Paesano, RG 12.520.185 e CPF 040.220.938-97, como "responsável pela guarda e conservação do Acervo Acadêmico" da faculdade.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.4.

**Condições de ACESSIBILIDADE FÍSICA para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** A IES atende aos requisitos legais previstos para a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por meio de indicações táteis no piso de entrada, por meio de travamento dos degraus das escadas e por meio da disponibilização de elevador para chegar às salas de aula. No entanto, em que pese a mudança recente para o novo endereço, ainda não existe indicação tátil no piso que leva do elevador às salas de aulas ou aos banheiros.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.6.

**Condições de ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA, ATITUDINAL E DAS COMUNICAÇÕES** para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** A IES atende aos requisitos legais previstos para a acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação. No entanto, em que pese a mudança recente para o novo endereço, nem todas as condições estão instaladas, mas a IES tem ciência disso e, em caso de necessidade, afirma que tomará as providências necessárias.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.9.

**Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** A IES cumpre as exigências da legislação no tocante à Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, frente à demanda atual, pois ela não tem no quadro de discentes alunos com esta forma de transtorno.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.10.

**Plano de Cargos e Carreira Docente.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** O Plano de Cargos e Carreira Docente está protocolado junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo (Ministério do Trabalho), conforme consta do Protocolo NUDPRO/SRTE/SP 46219, 22-mai-2015-09:30-02622-2/3.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.11.

**Plano de Cargos e Carreira dos técnicos administrativos.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** O Quadro de Carreira Técnico-Administrativo está protocolado junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo (Ministério do Trabalho), conforme consta do Protocolo NUDPRO/SRTE/SP 46219, 26-jun-2015-15:25-023748-2/3.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.12.

**Titulação do Corpo Docente**

**Universidades e Centros Universitários:**

Percentual mínimo (33%) de docentes com pós-graduação *stricto sensu*, conforme disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e nas Resoluções N° 1/2010 e N° 3/2010.

Sim

**Faculdades:**

No mínimo docentes com formação em pós-graduação *lato sensu*, conforme disposto na Lei N° 9.394/96.

**Justificativa para conceito Sim:** O corpo docente atual da IES é composto por 12 docentes, sendo 6 doutores (50%) e 6 mestres (50%).

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.13.

**Regime de Trabalho do Corpo Docente**

**Universidades:**

Percentual mínimo (1/3) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e na Resolução nº 3/2010.

NSA

**Centros Universitários:**

Percentual mínimo (20%) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme disposto na Resolução N° 1/2010.

**Justificativa para conceito NSA:** Os percentuais acima indicados não se aplicam a faculdades, o que é o caso da IES em avaliação.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.14.

**Forma Legal de Contratação dos Professores.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** Conforme se pode constatar documentalmente, a contratação dos professores ocorre por meio da CLT pela mantenedora e todos têm o devido registro junto à mantida.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.15.

**Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme disposto no Art. 11 da Lei N° 10.861/2004.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** A CPA da IES está devidamente instalada, regulamentada e agindo conforme estabelecem as diretrizes legais.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.16.

**Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme disposto na Portaria N° 1.132, de 2 de dezembro de 2009.**

NSA

**Justificativa para conceito NSA:** A IES não tem necessidade de instalar a COLAPS, uma vez que ela não possui nenhum aluno beneficiado com PROUNI no momento e ainda não se encontra credenciada junto ao programa, devido ao fato de estar aguardando a transferência da mantenedora.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.17.

**Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários, conforme disposto na Resolução CNE/CES N° 1/2010.**

NSA

**Justificativa para conceito NSA:** A IES em avaliação não é um centro universitário, mas uma faculdade.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.18.

**Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Universidades, conforme disposto na Resolução CNE/CES N° 3/2010.**

NSA

**Justificativa para conceito NSA:** A IES em avaliação não é uma universidade, mas uma faculdade.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.19.

**Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** A IES cumpre as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da legislação, sendo porque contempla o tratamento destas questões de forma transversal em várias disciplinas da grade curricular do curso de graduação que possui (Serviço Social) ou porque, no terceiro semestre do curso referido, possui a disciplina de "Formação Social e Política do Brasil" e, no quarto semestre, possui uma disciplina específica destinada ao estudo das "Relações Étnico-Racial e de Gênero".

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.20.

**Políticas de educação ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** A IES cumpre as exigências legais relativas às políticas de educação ambiental, fazendo frente à temática por meio de tratamento transversal em algumas disciplinas da grade curricular do curso de Serviço Social, bem como disciplinas que compõem as grades curriculares de cursos de pós-graduação em andamento.

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.21.

**Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** Quanto ao desenvolvimento nacional sustentável, a IES cumpre os dispositivos legais, seja por tratar transversalmente da temática em algumas disciplinas da graduação e da pós-graduação, seja por ter na grade curricular do curso de Serviço Social as disciplinas de "Política Social I e II" e "Ética Profissional".

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.22.

**Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.**

Sim

**Justificativa para conceito Sim:** A IES cumpre a legislação referente às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto na legislação, crucialmente, por ofertar, ao longo do curso de graduação em Serviço Social, as disciplinas de "Família, Criança e Adolescente", "Direito e Cidadania", "Legislação Social", "Classes e Movimentos Sociais" e "Seguridade Social".

**Critério de análise:**

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

## **Considerações Finais Da Comissão De Avaliadores e Conceito Final**

### **Considerações Finais Da Comissão De Avaliadores**

Esta comissão, tendo realizado as considerações sobre cada um dos cinco eixos avaliados e sobre os requisitos legais, todos integrantes deste relatório, e considerando também os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente (diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e este instrumento), atribuiu os seguintes conceitos por Eixo: EIXO CONCEITO Eixo 1 - 3.0 Eixo 2 - 3.3 Eixo 3 - 2.7 Eixo 4 - 3.4 Eixo 5 - 3.5 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (Eixo 1): O planejamento e a avaliação institucional norteiam a tomada de decisões voltadas às dimensões institucionais, com revisão periódica dos segmentos avaliados pela CPA. Há comunicação sobre os resultados e ações são implantadas em função das avaliações. O processo ocorre com a participação da comunidade acadêmica e administrativa e com uma metodologia implementada que envolve sensibilização, diagnóstico, avaliação e divulgação de balanço crítico. A avaliação tem caráter formativo com vistas ao aprimoramento da missão e do compromisso social da IES. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (Eixo 2): Há fortalecimento de estratégias pedagógicas inovadoras e participativas. As metas institucionais para os objetivos propostos estão sendo alcançadas, conforme a estrutura financeira e o número de alunos matriculados. As políticas de ensino incentivam a produção de conhecimento, relacionando-o ao contexto regional e à formação ética e humanizadora. A IES atua como organismo de assessoramento, de consulta e de prestação de serviços, oferecendo atendimento e tratamento gratuito a pessoas de baixa renda. Ela é referência no atendimento social, por se preocupar com a condição socioeconômica das pessoas que são atendidas, demonstrando uma dinâmica de responsabilidade social e transparência dos seus princípios. POLÍTICAS ACADÊMICAS (Eixo 3): As políticas acadêmicas estão suficientemente implantadas com vista às condições de ensino dos cursos oferecidos. As ações acadêmico-administrativas de extensão e de pós-graduação lato sensu estão muito bem implantadas, conforme as políticas estabelecidas no PDI (2015-2019). A comunicação com a comunidade interna e externa tem se efetivado de modo suficiente, bem como as políticas para atendimento aos estudantes. As ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas estão sendo implantadas gradativamente, mas ainda de maneira insuficiente, assim como as ações acadêmico-administrativas para a pesquisa, iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. A política e ações de acompanhamento dos egressos mostra-se incipiente. POLÍTICAS DE GESTÃO (Eixo 4): A maioria dos indicadores que compõem este eixo está sendo implementada de forma suficiente. Constatou-se que as ações de

planejamento garantem a sustentabilidade financeira da instituição e permitem o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável. INFRAESTRUTURA FÍSICA (Eixo 5): No que se refere ao espaço físico, em que pese os fatores quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação serem bastante satisfatórios, não há uma pessoa destinada para o suporte junto ao laboratório de informática, cuja atividade está atribuída ao pessoal da biblioteca, não há indicação tátil na maioria dos ambientes para pessoas com mobilidade reduzida, os espaços de convivência são bastante restritos e de tamanho reduzido, a CPA não possui uma sala própria para os trabalhos e para a guarda da sua memória documental, o auditório existente é de um tamanho relativamente pequeno para a demanda existente e nem todas as instalações sanitárias estão devidamente adaptadas ao que preconiza a lei. Considerando, os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas orientações do Ministério da Educação, nas diretrizes da CONAES e neste instrumento de avaliação, a Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS) apresenta um perfil de qualidade suficiente.

#### Conceito Final

3

### FASE: IES - MANIFESTAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO INEP PC

Movimentação:

- 21/03/2017 09:44 - Fase iniciada
- 04/04/2017 13:45 - Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Sem resultado de análise

Contrarrazão:

- Manifestação de Contrarrazão da Impugnação do parecer INEP pela SECRETARIA.
- Resultado: Não houve manifestação de contrarrazão da impugnação do parecer INEP.

### FASE: SECRETARIA - MANIFESTAÇÃO SOBRE RELATÓRIO INEP PC

Movimentação:

- 21/03/2017 09:44 - Fase iniciada
- 21/03/2017 09:44 - Em análise (JOSE CARLOS DA COSTA REGO)
- 18/05/2017 09:19 - Analisado (JOSE CARLOS DA COSTA REGO). Aguardando assinatura
- 23/05/2017 04:30 - Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Resposta automática do sistema e-MEC. Prazo expirado de acordo com o § 2º, Art. 16. da Portaria Normativa Nº 40, de 12 de Dezembro de 2007: "A instituição e as Secretarias terão prazo comum de 60 dias para impugnar o resultado da avaliação".

Contrarrazão:

- Manifestação de Contrarrazão da Impugnação do parecer INEP pela IES.
- Resultado: Não houve manifestação de contrarrazão da impugnação do parecer INEP.

### FASE: PARECER FINAL PÓS PROTOCOLO DE COMPROMISSO

Movimentação:

- 23/05/2017 04:31 - Fase iniciada
- 14/03/2018 16:36 - Em análise (RAFAEL HONORATO DA ROCHA)
- 26/11/2018 16:08 - Analisado (RAFAEL HONORATO DA ROCHA). Aguardando validação
- 30/11/2018 17:33 - Validado (EDER MARQUES SILVA SANTOS). Aguardando validação
- 05/12/2018 20:13 - Validado (SAMUEL RICARDO DE PAULO). Aguardando assinatura
- 06/12/2018 19:54 - Assinado (SILVIO JOSE CECCHI). Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Sugestão de Deferimento

Analisado por: RAFAEL HONORATO DA ROCHA

Data: 06/12/2018 19:54:28

Análise:

RECRENCIAMENTO DE IES

PARECER FINAL

## 1. DADOS GERAIS DO PROCESSO

Ato: Recredenciamento

Processo: 201108720

Mantida: Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS - SP

Código da IES: 362

Endereço: Rua Lopes Chaves, nº 273, Barra Funda, São Paulo - SP.

IGC: 3 (2016)

CI: 3 (2017)

Mantenedora: BWS - Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde S/S Ltda.

Código da Mantenedora: 16136

## 2. INFORMAÇÕES CADASTRAIS

A instituição foi credenciada pelo Decreto nº 35.311, publicado em 05/04/1954.

Pela Portaria nº 1.086, publicada em 16/10/2017, a IES foi transferida ao BWS - Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde.

Conforme o Cadastro e-MEC, a IES ministra somente o seguinte curso de graduação:

- Serviço Social, código 7793: Enade (4), CPC (3), CC (4) e IDD (3).

## 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO IN LOCO (Reavaliação Protocolo de Compromisso)

A verificação *in loco* realizada na instituição, entre os dias 12 e 16 de março de 2017, resultou na elaboração do Relatório de Avaliação nº 122465.

O relatório apresentou o seguinte quadro de conceitos aos eixos avaliados:

EIXOS	Conceitos
1. Planejamento e Avaliação Institucional	3,0
2. Desenvolvimento Institucional	3,3

3. Políticas Acadêmicas.	2,7
4. Políticas de Gestão	3,4
5: Infraestrutura Física	3,5
<b>CONCEITO FINAL</b>	3,0

#### 4. ANÁLISE TÉCNICA

Deve-se registrar que a avaliação objeto desta análise é referente à verificação do cumprimento de protocolo de compromisso.

A avaliação anterior (código da avaliação: 99651) que suscitou a celebração de protocolo de compromisso apresentou 9 conceitos insatisfatórios (exceto a dimensão 3: responsabilidade social da IES ), além de 3 requisitos legais não atendidos: *Condições de acesso para portadores de necessidades especiais, Titulação do Corpo Docente e Plano de Cargo e Carreira.*

A avaliação referente à verificação do cumprimento do protocolo de compromisso demonstrou que a IES obteve um conceito final satisfatório igual a 3. Entre os eixos avaliados, obteve conceitos satisfatórios em todos, exceto no Eixo 3: Políticas Acadêmicas.

No que tange aos requisitos legais, todos os aspectos constantes do instrumento de avaliação foram atendidos.

Ante a existência de um conceito insatisfatório entre os eixos avaliados, o processo foi encaminhado à Supervisão em conformidade com a legislação vigente.

A Supervisão apresentou, no âmbito do Processo Sei nº 23709.000026/2018-13, a Nota Técnica nº 70 cujo conteúdo é exposto a seguir:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOTA TÉCNICA Nº 70/2018/CGSE/DISUP/SERES/SERES

**PROCESSO Nº 23709.000026/2018-13**

**INTERESSADO: FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL (CÓD. 362)**

*Analisa a instauração de Processo Administrativo em razão do não cumprimento satisfatório do Protocolo de Compromisso no processo regulatório de credenciamento.*

#### **I - RELATÓRIO**

1. 1. A presente Nota Técnica trata da análise do não cumprimento satisfatório do Protocolo de Compromisso no processo regulatório de credenciamento da Instituição. A adesão ao Protocolo de Compromisso foi determinada no Sistema e-MEC<sup>[1]</sup>, conforme os arts. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

#### **II - ANÁLISE**

##### **II.I - QUALIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

1. 2. A FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL (cód. 362), mantida pelo Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde (cód. 16136) - CNPJ 18.634.348/0001-04, está sediada na Rua Lopes Chaves, nº 273 - Barra Funda - CEP 01154-010 - São Paulo - SP. Foi credenciada pelo Decreto nº 35.311, de 2 de abril de 1954, e credenciada pelo Decreto nº 40.719, de 8 de janeiro de 1957. Encontra-se com novo credenciamento em trâmite válido conforme o Processo e-MEC nº 201108720.

##### **II.II - HISTÓRICO**

1. 3. Os critérios para análise dos processos de credenciamento de instituições de educação superior



estão especificados nos termos do art. 3º da Portaria MEC nº 20, de 2017, publicada do Diário Oficial da União (DOU) em 22 de dezembro de 2017. Os parâmetros e procedimentos estabelecidos adotaram como referência os indicadores integrantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nos termos dos arts. 2º e 3º da Lei nº 10.861, de 2004.

2. 4. No Parecer Final por parte desta SERES/MEC são considerados os conceitos obtidos nas Dimensões ou Eixos temáticos integrantes do Instrumento de Avaliação **in loco** do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sendo satisfatórios, o processo de credenciamento é concluído e encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos do art. 25 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Após a análise por parte do CNE o processo é finalizado mediante parecer específico a ser submetido ao Ministro de Estado da Educação a que compete a decisão final em relação ao credenciamento institucional.
3. 5. Entretanto, sendo insatisfatória a avaliação no fluxo do processo de credenciamento, é determinada a adesão ao Protocolo de Compromisso para posterior reavaliação. Essa previsão normativa estava especificada nos termos dos arts. 60 e 61 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016, e 38 e 39 da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, alterada e republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010, vigentes naquele momento processual. A mesma previsão foi mantida nos termos do art. 53 do Decreto nº 9.235, de 2017.
4. 6. A Instituição submetida à presente análise obteve resultado insuficiente e firmou o Protocolo de Compromisso. Finalizado o prazo estabelecido para cumprimento das ações assumidas, foi realizada a reavaliação **in loco** no período de 12 a 16 de março de 2017. No Relatório elaborado pela Comissão de Especialistas designada pelo INEP, conforme o Processo e-MEC nº 201108720 (Avaliação código 122465) foi atribuído **conceito insatisfatório (inferior a 2,8) ao Eixo Temático 3 (Políticas acadêmicas)**.
5. 7. Assim, após a análise do processo específico de credenciamento, em razão do conceito insatisfatório atribuído ao Eixo Temático 3, a Diretoria de Regulação da Educação Superior (DIREG/SERES/MEC) solicitou a esta Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP/SERES/MEC) a análise para instauração de Processo Administrativo perante a Instituição. Registre-se que a comissão de avaliação consignou no relatório o cumprimento de todos os requisitos legais e normativos.

## II.III - DA ESPECIFICIDADE PARA A PRESENTE ANÁLISE

1. 8. Diante da deficiência identificada mediante a visita de reavaliação, após o prazo estipulado para o cumprimento das ações de melhorias assumidas, a legislação determina a abertura de Processo Administrativo para aplicação de penalidade, nos termos do art. 56 do Decreto nº 9.235, de 2017, conforme o art. 7º da Portaria MEC nº 20, de 2017.
2. 9. Na presente análise, entretanto, há que se ponderar a finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, que regem a administração pública, para decidir pela instauração do Processo Administrativo Sancionador. A Instituição obteve resultado insatisfatório no Índice Geral de Cursos (IGC), motivando o Processo de Supervisão nº 23709.000006/2016-81. Esse procedimento de supervisão já foi arquivado, considerando o saneamento de deficiências, nos termos do Despacho SERES/MEC nº 161, de 2017, publicado DOU em 21 de agosto de 2017, com base na Nota Técnica nº 176/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC.
3. 10. Também, **trata-se de Instituição ofertante de curso único - Serviço Social (cód. 7793)**. Esse seu curso único foi submetido a recente avaliação **in loco**, no período de 13 a 16 de abril de 2016, conforme o Processo e-MEC nº 201406777: obteve Conceito Final 4, com conceito satisfatório em todas as dimensões avaliadas. O mesmo curso teve o reconhecimento outra vez renovado no presente ano de 2018, conforme o Processo e-MEC nº 201803890, pela obtenção de **conceitos satisfatórios (ENADE 4, CPC 3 e IDD 3)**. Essa condição, cumulada com o resultado satisfatório do IGC da Instituição em 2016, deve ser suficiente para a conclusão do presente processo sem a aplicação de penalidade à Instituição.
4. 11. Ainda, evidencie-se que a Instituição foi avaliada **in loco** em dois momentos, no mesmo Processo e-MEC nº 201108720 de seu credenciamento. A primeira avaliação foi realizada no período de 4 a 8 de junho de 2013, e foram insatisfatórios os **conceitos atribuídos em nove das dez Dimensões** no relatório produzido (Avaliação código 99651). No momento posterior, na reavaliação ora analisada, foi insatisfatório, igual a 2,7, o **conceito de somente uma das dimensões**, conforme já descrito: **Políticas acadêmicas**. É razoável considerar que essa é uma dimensão de maior desafio para cumprimento, quando se trata de uma Instituição de pequeno porte com um **total anual médio de 116 alunos** matriculados nos últimos três anos.
5. 12. Os resultados das avaliações **in loco** demonstraram evolução positiva nas condições de funcionamento da Instituição: descumprimento de 90% da primeira avaliação e descumprimento de 10% na reavaliação. A ocorrência ao mesmo tempo do resultado satisfatório no IGC em 2016 demonstra terem sido suficientes em sua apuração: (i) informações de infraestrutura; (ii) corpo docente; (iii) recursos didático-pedagógicos; (iv) desempenho obtido no ENADE pelos estudantes concluintes e ingressantes; e (v) os resultados do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Esperado e Observado (IDD). Na dinâmica de avaliação do SINAES, há que se considerar refletida a condição minimamente satisfatória no funcionamento da Instituição.
6. 13. Assim, mesmo estando claros e precisos os procedimentos adotados e as formalidades assumidas em

relação ao presente processo, entende-se pela prevalência dos elementos que justificam a conclusão do Parecer Final desta SERES/MEC sem a aplicação de penalidade à Instituição e o encaminhamento do processo de credenciamento ao CNE. Pela reserva discricionária estabelecida pela Nota Técnica nº 19/2017-CGCIES/DIREG/SERES/MEC, poderá ser sugerido ao CNE o credenciamento da Instituição por um período não superior a 3 (três) anos.

7. 14. O encerramento do presente processo não impede que, se constatadas deficiências relevantes ou irregularidades na oferta do ensino pela Instituição, seja aberto Processo de Supervisão para averiguar a situação. Inclusive, essa decisão também não prejudica a eventual determinação de diligências no âmbito da DIREG/SERES/MEC em sede do referido Parecer Final no Processo e-MEC nº 201108720.

### **III - CONCLUSÃO**

1. 15. Ante o exposto, esta Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica sugere que esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação do SINAES, às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei 9.394, de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 1999, e no capítulo III do Decreto nº 9.235, de 2017, determine perante a FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL (cód. 362), mantida pelo Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde (cód. 16136) - CNPJ 18.634.348/0001-04, sediada no Município de São Paulo - SP:

(i) o arquivamento do Processo MEC nº 23709.000026/2018-13;

(ii) a retomada do fluxo do Processo e-MEC nº 201108720 de seu credenciamento, nos termos da presente Nota Técnica.

À consideração superior.

#### **Analista Processual**

Aprovo encaminhamento.

#### **Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica**

Aprovo encaminhamento.

#### **Diretoria de Supervisão da Educação Superior**

Aprovo.

#### **Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior**

Com base nos elementos e critérios tratados na sobredita nota técnica, a Supervisão compreende que a instituição apresentou uma evolução, razão pela qual decide pelo arquivamento do processo de supervisão e pelo encaminhamento do processo de credenciamento ao CNE.

Por fim, cumpre salientar que não há ocorrências de supervisão ativas vinculadas à IES. Verificação feita em 26/11/2018.

### **5. CONCLUSÃO**

Tendo em vista o Relatório de Avaliação nº 122465, o IGC satisfatório e o Processo de Supervisão nº 23709.000026/2018-13, recomenda-se o credenciamento da Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS-SP.

Com base na Portaria Normativa nº 1/2017, **o prazo de validade do ato de credenciamento da instituição será de 3 (três) anos.**

**“Caso a deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação esteja em consonância com este Parecer Final, sugere-se a minuta de portaria nos seguintes termos:”**

PORTARIA Nº , DE DE DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 26 de dezembro de 2017, e a Instrução Normativa nº 1, publicada em 18 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº ....., da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201108720.

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS-SP, situada na Rua Lopes Chaves, nº 273, Bairro Barra Funda, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pelo BWS – Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde S/S Ltda (CNPJ: 18.634.348/0001-04).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, com base na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## **FASE: CNE/CES - DECISÃO**

Movimentação:

- 06/12/2018 19:54 - Fase iniciada
- 06/12/2018 19:54 - Em análise (Joaquim José Soares Neto)
- 27/01/2019 11:28 - Relatório disponibilizado para entrar em pauta
- 05/02/2019 14:55 - Assinado pelo relator (Joaquim José Soares Neto). Aguardando assinatura do presidente (ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR)
- 06/02/2019 10:37 - Assinado pelo presidente (ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR). Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Favorável

Analisado por: Joaquim José Soares Neto

Data: 06/02/2019 10:37:28

Análise:

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se do pedido de credenciamento da Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS-SP), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pelo BWS – Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde S/S Ltda., com sede no mesmo município e estado.

As informações a seguir foram extraídas do parecer final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), transcritas *ipsis litteris*, de modo a contextualizar o histórico deste processo da Instituição de Educação Superior (IES):

#### 1. DADOS GERAIS DO PROCESSO

Ato: Recredenciamento

Processo: 201108720

Mantida: Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS – SP

Código da IES: 362

Endereço: Rua Lopes Chaves, nº 273, Barra Funda, São Paulo – SP.

IGC: 3 (2016)

CI: 3 (2017)

Mantenedora: BWS – Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde S/S Ltda.

Código da Mantenedora: 16136

#### 2. INFORMAÇÕES CADASTRAIS

A instituição foi credenciada pelo Decreto nº 35.311, publicado em 05/04/1954.

Pela Portaria nº 1.086, publicada em 16/10/2017, a IES foi transferida ao BWS – Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde.

Conforme o Cadastro e-MEC, a IES ministra somente o seguinte curso de graduação:

– Serviço Social, código 7793: Enade (4), CPC (3), CC (4) e IDD (3).

#### 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO IN LOCO (Reavaliação Protocolo de Compromisso)

A verificação in loco realizada na instituição, entre os dias 12 e 16 de março de 2017, resultou na elaboração do Relatório de Avaliação nº 122465.

O relatório apresentou o seguinte quadro de conceitos aos eixos avaliados:

<b>EIXOS</b>	<b>Conceitos</b>
1. Planejamento e Avaliação Institucional	3,0
2. Desenvolvimento Institucional	3,3
3. Políticas Acadêmicas.	<b>2,7</b>
4. Políticas de Gestão	3,4
5: Infraestrutura Física	3,5
<b>CONCEITO FINAL</b>	3,0

#### 4. ANÁLISE TÉCNICA

Deve-se registrar que a avaliação objeto desta análise é referente à verificação do cumprimento de protocolo de compromisso.

A avaliação anterior (código da avaliação: 99651) que suscitou a celebração de protocolo de compromisso apresentou 9 conceitos insatisfatórios (exceto a dimensão 3: responsabilidade social da IES ), além de 3 requisitos legais não atendidos: Condições de acesso para portadores de necessidades especiais, Titulação do

*Corpo Docente e Plano de Cargo e Carreira.*

*A avaliação referente à verificação do cumprimento do protocolo de compromisso demonstrou que a IES obteve um conceito final satisfatório igual a 3. Entre os eixos avaliados, obteve conceitos satisfatórios em todos, exceto no Eixo 3: Políticas Acadêmicas.*

*No que tange aos requisitos legais, todos os aspectos constantes do instrumento de avaliação foram atendidos.*

*Ante a existência de um conceito insatisfatório entre os eixos avaliados, o processo foi encaminhado à Supervisão em conformidade com a legislação vigente.*

*A Supervisão apresentou, no âmbito do Processo Sei nº 23709.000026/2018-13, a Nota Técnica nº 70 cujo conteúdo é exposto a seguir:*

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**NOTA TÉCNICA Nº 70/2018/CGSE/DISUP/SERES/SERES**

**PROCESSO Nº 23709.000026/2018-13**

**INTERESSADO: FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL (CÓD. 362)**

*Analisa a instauração de Processo Administrativo em razão do não cumprimento satisfatório do Protocolo de Compromisso no processo regulatório de credenciamento.*

## **I - RELATÓRIO**

*1. A presente Nota Técnica trata da análise do não cumprimento satisfatório do Protocolo de Compromisso no processo regulatório de credenciamento da Instituição. A adesão ao Protocolo de Compromisso foi determinada no Sistema e-MEC[1], conforme os arts. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.*

## **II - ANÁLISE**

### **II.I - QUALIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

*2. A FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL (cód. 362), mantida pelo Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde (cód. 16136) - CNPJ 18.634.348/0001-04, está sediada na Rua Lopes Chaves, nº 273 - Barra Funda - CEP 01154-010 - São Paulo - SP. Foi credenciada pelo Decreto nº 35.311, de 2 de abril de 1954, e credenciada pelo Decreto nº 40.719, de 8 de janeiro de 1957. Encontra-se com novo credenciamento em trâmite válido conforme o Processo e-MEC nº 201108720.*

### **II.II - HISTÓRICO**

*3. Os critérios para análise dos processos de credenciamento de instituições de educação superior estão especificados nos termos do art. 3º da Portaria MEC nº 20, de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de dezembro de 2017. Os parâmetros e procedimentos estabelecidos adotaram como referência os indicadores integrantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nos termos dos arts. 2º e 3º da Lei nº 10.861, de 2004.*

*4. No Parecer Final por parte desta SERES/MEC são considerados os conceitos obtidos nas Dimensões ou Eixos temáticos integrantes do Instrumento de Avaliação in loco do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sendo satisfatórios, o processo de credenciamento é concluído e encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos do art. 25 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Após a análise por parte do CNE o processo é finalizado mediante parecer específico a ser submetido ao Ministro de Estado da Educação a que compete a decisão final em relação ao credenciamento institucional.*

*5. Entretanto, sendo insatisfatória a avaliação no fluxo do processo de credenciamento, é determinada a adesão ao Protocolo de Compromisso para posterior reavaliação. Essa previsão normativa estava especificada nos termos dos arts. 60 e 61 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016, e 38 e 39 da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, alterada e republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010, vigentes naquele momento processual. A mesma previsão foi mantida nos termos do art. 53 do Decreto nº 9.235, de 2017.*

6. A Instituição submetida à presente análise obteve resultado insuficiente e firmou o Protocolo de Compromisso. Finalizado o prazo estabelecido para cumprimento das ações assumidas, foi realizada a reavaliação in loco no período de 12 a 16 de março de 2017. No Relatório elaborado pela Comissão de Especialistas designada pelo INEP, conforme o Processo e-MEC nº 201108720 (Avaliação código 122465) foi atribuído conceito insatisfatório (inferior a 2,8) ao Eixo Temático 3 (Políticas acadêmicas).

7. Assim, após a análise do processo específico de credenciamento, em razão do conceito insatisfatório atribuído ao Eixo Temático 3, a Diretoria de Regulação da Educação Superior (DIREG/SERES/MEC) solicitou a esta Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP/SERES/MEC) a análise para instauração de Processo Administrativo perante a Instituição. Registre-se que a comissão de avaliação consignou no relatório o cumprimento de todos os requisitos legais e normativos.

### II.III - DA ESPECIFICIDADE PARA A PRESENTE ANÁLISE

8. Diante da deficiência identificada mediante a visita de reavaliação, após o prazo estipulado para o cumprimento das ações de melhorias assumidas, a legislação determina a abertura de Processo Administrativo para aplicação de penalidade, nos termos do art. 56 do Decreto nº 9.235, de 2017, conforme o art. 7º da Portaria MEC nº 20, de 2017.

9. Na presente análise, entretanto, há que se ponderar a finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, que regem a administração pública, para decidir pela instauração do Processo Administrativo Sancionador. A Instituição obteve resultado insatisfatório no Índice Geral de Cursos (IGC), motivando o Processo de Supervisão nº 23709.000006/2016-81. Esse procedimento de supervisão já foi arquivado, considerando o saneamento de deficiências, nos termos do Despacho SERES/MEC nº 161, de 2017, publicado DOU em 21 de agosto de 2017, com base na Nota Técnica nº 176/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC.

10. Também, trata-se de Instituição ofertante de curso único – Serviço Social (cód. 7793). Esse seu curso único foi submetido a recente avaliação in loco, no período de 13 a 16 de abril de 2016, conforme o Processo e-MEC nº 201406777: obteve Conceito Final 4, com conceito satisfatório em todas as dimensões avaliadas. O mesmo curso teve o reconhecimento outra vez renovado no presente ano de 2018, conforme o Processo e-MEC nº 201803890, pela obtenção de conceitos satisfatórios (ENADE 4, CPC 3 e IDD 3). Essa condição, cumulada com o resultado satisfatório do IGC da Instituição em 2016, deve ser suficiente para a conclusão do presente processo sem a aplicação de penalidade à Instituição.

11. Ainda, evidencie-se que a Instituição foi avaliada in loco em dois momentos, no mesmo Processo e-MEC nº 201108720 de seu credenciamento. A primeira avaliação foi realizada no período de 4 a 8 de junho de 2013, e foram insatisfatórios os conceitos atribuídos em nove das dez Dimensões no relatório produzido (Avaliação código 99651). No momento posterior, na reavaliação ora analisada, foi insatisfatório, igual a 2,7, o conceito de somente uma das dimensões, conforme já descrito: Políticas acadêmicas. É razoável considerar que essa é uma dimensão de maior desafio para cumprimento, quando se trata de uma Instituição de pequeno porte com um total anual médio de 116 alunos matriculados nos últimos três anos.

12. Os resultados das avaliações in loco demonstraram evolução positiva nas condições de funcionamento da Instituição: descumprimento de 90% da primeira avaliação e descumprimento de 10% na reavaliação. A ocorrência ao mesmo tempo do resultado satisfatório no IGC em 2016 demonstra terem sido suficientes em sua apuração: (i) informações de infraestrutura; (ii) corpo docente; (iii) recursos didático-pedagógicos; (iv) desempenho obtido no ENADE pelos estudantes concluintes e ingressantes; e (v) os resultados do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Esperado e Observado (IDD). Na dinâmica de avaliação do SINAES, há que se considerar refletida a condição minimamente satisfatória no funcionamento da Instituição.

13. Assim, mesmo estando claros e precisos os procedimentos adotados e as formalidades assumidas em relação ao presente processo, entende-se pela prevalência dos elementos que justificam a conclusão do Parecer Final desta SERES/MEC sem a aplicação de penalidade à Instituição e o encaminhamento do processo de credenciamento ao CNE. Pela reserva discricionária estabelecida pela Nota Técnica nº 19/2017-CGCIES/DIREG/SERES/MEC, poderá ser sugerido ao CNE o credenciamento da Instituição por um período não superior a 3 (três) anos.

14. O encerramento do presente processo não impede que, se constatadas deficiências relevantes ou irregularidades na oferta do ensino pela Instituição, seja aberto Processo de Supervisão para averiguar a situação. Inclusive, essa decisão também não prejudica a eventual determinação de diligências no âmbito da DIREG/SERES/MEC em sede do referido Parecer Final no Processo e-MEC nº 201108720.

### III - CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, esta Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica sugere que esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação do SINAES, às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei 9.394, de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 1999, e no capítulo III do Decreto nº 9.235, de 2017, determine perante a FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL (cód. 362), mantida pelo Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde (cód. 16136) – CNPJ 18.634.348/0001-04, sediada no Município de São Paulo – SP:

(i) o arquivamento do Processo MEC nº 23709.000026/2018-13;

(ii) a retomada do fluxo do Processo e-MEC nº 201108720 de seu credenciamento, nos termos da presente Nota Técnica.

À consideração superior.

Analista Processual

Aprovo encaminhamento.

Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica

Aprovo encaminhamento.

Diretoria de Supervisão da Educação Superior

Aprovo.

Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

Com base nos elementos e critérios tratados na sobredita nota técnica, a Supervisão compreende que a instituição apresentou uma evolução, razão pela qual decide pelo arquivamento do processo de supervisão e pelo encaminhamento do processo de credenciamento ao CNE.

Por fim, cumpre salientar que não há ocorrências de supervisão ativas vinculadas à IES. Verificação feita em 26/11/2018.

## 5. CONCLUSÃO DA SERES

Tendo em vista o Relatório de Avaliação nº 122465, o IGC satisfatório e o Processo de Supervisão nº 23709.000026/2018-13, recomenda-se o credenciamento da Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS-SP.

Com base na Portaria Normativa nº 1/2017, o prazo de validade do ato de credenciamento da instituição será de 3 (três) anos.

## Considerações do Relator

Como demonstra o Quadro de conceitos replicado abaixo, a IES apresenta uma fragilidade em relação ao Eixo 3. Políticas Acadêmicas.

EIXOS	Conceitos
1. Planejamento e Avaliação Institucional	3,0
2. Desenvolvimento Institucional	3,3
3. Políticas Acadêmicas	2,7
4. Políticas de Gestão	3,4
5. Infraestrutura Física	3,5
CONCEITO FINAL	3,0

A SERES tece os seguintes comentários a respeito do citado Eixo 3:

[...]

Assim, após a análise do processo específico de credenciamento, em razão do conceito insatisfatório atribuído ao Eixo Temático 3, a Diretoria de Regulação da Educação Superior (DIREG/SERES/MEC) solicitou a esta Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP/SERES/MEC) a análise para instauração de Processo Administrativo perante a Instituição. Registre-se que a comissão de avaliação consignou no relatório o cumprimento de todos os requisitos legais e normativos.

### II.III - DA ESPECIFICIDADE PARA A PRESENTE ANÁLISE

8. Diante da deficiência identificada mediante a visita de reavaliação, após o prazo estipulado para o cumprimento das ações de melhorias assumidas, a legislação determina a abertura de Processo Administrativo para aplicação de penalidade, nos termos do art. 56 do Decreto nº 9.235, de 2017, conforme o art. 7º da Portaria MEC nº 20, de 2017.

9. Na presente análise, entretanto, há que se ponderar a finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, que regem a administração pública, para decidir pela instauração do Processo Administrativo Sancionador. A Instituição obteve resultado insatisfatório no Índice Geral de Cursos (IGC), motivando o Processo de Supervisão nº 23709.000006/2016-81. Esse procedimento de supervisão já foi arquivado, considerando o saneamento de deficiências, nos termos do Despacho SERES/MEC nº 161, de 2017, publicado DOU em 21 de agosto de 2017, com base na Nota Técnica nº 176/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC.

10. Também, trata-se de Instituição ofertante de curso único – Serviço Social (cód. 7793). Esse seu curso único foi submetido a recente avaliação in loco, no período de 13 a 16 de abril de 2016, conforme o Processo e-MEC nº 201406777: obteve Conceito Final 4, com conceito satisfatório em todas as dimensões avaliadas. O mesmo curso teve o reconhecimento outra vez renovado no presente ano de 2018, conforme o Processo e-MEC nº 201803890, pela obtenção de conceitos satisfatórios (ENADE 4, CPC 3 e IDD 3). Essa condição, cumulada com o resultado satisfatório do IGC da Instituição em 2016, deve ser suficiente para a conclusão do presente processo sem a aplicação de penalidade à Instituição.

11. Ainda, evidencie-se que a Instituição foi avaliada in loco em dois momentos, no mesmo Processo e-MEC nº 201108720 de seu credenciamento. A primeira avaliação foi realizada no período de 4 a 8 de junho de 2013, e foram insatisfatórios os conceitos atribuídos em nove das dez Dimensões no relatório produzido (Avaliação código 99651). No momento posterior, na reavaliação ora analisada, foi insatisfatório, igual a 2,7, o conceito de somente uma das dimensões, conforme já descrito: Políticas acadêmicas. É razoável considerar que essa é uma dimensão de maior desafio para cumprimento, quando se trata de uma Instituição de pequeno porte com um total anual médio de 116 alunos matriculados nos últimos três anos.

12. Os resultados das avaliações in loco demonstraram evolução positiva nas condições de funcionamento da Instituição: descumprimento de 90% da primeira avaliação e descumprimento de 10% na reavaliação. A ocorrência ao mesmo tempo do resultado satisfatório no IGC em 2016 demonstra terem sido suficientes em sua apuração: (i) informações de infraestrutura; (ii) corpo docente; (iii) recursos didático-pedagógicos; (iv) desempenho obtido no ENADE pelos estudantes concluintes e ingressantes; e (v) os resultados do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Esperado e Observado (IDD). Na dinâmica de avaliação do SINAES, há que se considerar refletida a condição minimamente satisfatória no funcionamento da Instituição.

13. Assim, mesmo estando claros e precisos os procedimentos adotados e as formalidades assumidas em relação ao presente processo, entende-se pela prevalência dos elementos que justificam a conclusão do Parecer Final desta SERES/MEC sem a aplicação de penalidade à Instituição e o encaminhamento do processo de credenciamento ao CNE. Pela reserva discricionária estabelecida pela Nota Técnica nº 19/2017-CGCIES/DIREG/SERES/MEC, poderá ser sugerido ao CNE o credenciamento da Instituição por um período não superior a 3 (três) anos.

14. O encerramento do presente processo não impede que, se constatadas deficiências relevantes ou irregularidades na oferta do ensino pela Instituição, seja aberto Processo de Supervisão para averiguar a situação. Inclusive, essa decisão também não prejudica a eventual determinação de diligências no âmbito da DIREG/SERES/MEC em sede do referido Parecer Final no Processo e-MEC nº 201108720.

Neste caso, acompanho o Parecer da SERES e encaminho meu voto favorável ao Recredenciamento da IES.

Sessão:

Aguardando finalização do processo



## **FASE: GM - HOMOLOGAÇÃO DO PARECER DO CNE**

### Movimentação:

- 06/02/2019 10:37 - Fase iniciada
- 07/02/2019 04:31 - Em análise (Gabriela Fischmann Di Pace Araujo)
- 11/02/2019 17:54 - Consultoria jurídica solicitada (Gabriela Fischmann Di Pace Araujo)
- 18/02/2019 13:51 - Consultoria jurídica redigida (EMANOELE VANESSA CORTES RIBEIRO). Aguardando validação
- 18/02/2019 14:45 - Consultoria jurídica respondida e validada (EMANOELE VANESSA CORTES RIBEIRO)
- 14/03/2019 14:52 - Analisado (Gabriela Fischmann Di Pace Araujo). Aguardando validação
- 19/03/2019 12:04 - Validado . Aguardando assinatura
- 19/03/2019 17:32 - Assinado (RICARDO VELEZ RODRIGUEZ). Fase finalizada.

### Resultado da análise:

#### Resultado:

PORTARIA Nº 618, DE 19 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 13/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201108720;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS-SP), com sede na Rua Lopes Chaves, nº 273, bairro Barra Funda, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo BWS – Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde S/S Ltda. (CNPJ 18.634.348/0001-04).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ

## **FASE: PORTARIA DO ATO AUTORIZATIVO**

### Movimentação:

- 19/03/2019 17:32 - Fase iniciada
- 20/03/2019 11:16 - Assinado (CELIO LISBOA DA SILVA). Fase finalizada.

### Resultado da análise:

Resultado: Portaria inserida em anexo.

#### Anexo:

- Vide anexo 201108720\_414669.pdf.

**Endereço:** 41423 - Unidade SEDE: Rua Lopes Chaves Barra Funda - São Paulo/SP

## **FASE: SECRETARIA - ANÁLISE DESPACHO SANEADOR**

### Movimentação:

- 29/07/2011 14:53 - Fase iniciada

Arquivado

- 01/12/2011 10:55 - Em análise (Erickson Marques Peixoto)
- 20/03/2012 16:48 - Diligência instaurada (Erickson Marques Peixoto)
- 19/04/2012 19:51 - Diligência respondida (IES)
- 20/04/2012 16:48 - Analisado (Erickson Marques Peixoto). Aguardando assinatura
- 28/05/2012 15:15 - Assinado (Rafael Arruda Furtado).

Diligência:

- 1ª Diligência:
  - Instaurada em: 20/03/2012 16:48:53
  - Respondida em: 19/04/2012 19:51:58

Descrição da Diligência:

<p><b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>  <b>Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES</b>  <b>Diretoria de Regulação da Educação Superior - DIREG</b>          Brasília - DF, 20/03/2012</p> <p>1. Tendo em vista o disposto do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de IES e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, e legislação correlata, instaura-se esta diligência a fim de que sejam esclarecidos os elementos pertinentes pontuados.</p> <p>2. Com a finalidade de se evitar o arquivamento do processo, informamos que a IES deverá utilizar o Sistema e-MEC, exclusivamente, para responder/atender, PONTUALMENTE, esta diligência, inserindo arquivo com as alterações recomendadas; no prazo de 30 dias, para o qual não haverá prorrogação; nos seguintes formatos: .doc. ou .pdf .</p> <p>3. Ressaltamos que se forem apresentados quaisquer documentos ou texto insuficientes ao atendimento da diligência, a mesma será considerada insuficiente e o processo será arquivado nos termos da regulamentação, uma vez que só é permitida uma diligência por fase. Lembramos ainda, que nenhuma documentação em papel será analisada para fins de instrução processual.</p> <p><b>Obs: apresentar Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI atualizado, com início em 2012, observando os itens abaixo relacionados (não foram apresentados no atual).</b></p> <p><b>1.3 - Missão, objetivos e metas da Instituição, na sua área de atuação:</b>          Apresentar as metas definidas pela IES e verificar se são compatíveis com a área de atuação na educação superior e se guardam correlação com o plano de ação e cronograma ao longo da vigência do PDI.</p>
--

<p><b>2.1 - Projeto pedagógico da Instituição:</b></p> <p>Verificar as opções da IES acerca das metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos, privilegiando o uso de recursos tecnológicos, princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem.</p> <p>Verificar a previsão de inovações pedagógicas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, projetos integradores, aprendizagem baseada em problemas, metodologias ativas de ensino e aprendizagem, aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho, dentre outras.</p> <p>Verificar se há vinculação entre a oferta educacional da IES e as demandas para o desenvolvimento local e regional, a inclusão social, tecnológica, política e cultural, o respeito e preservação ambiental</p>
<p><b>6.1 - Organização didático-pedagógica da Instituição:</b></p> <p>Verificar os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração dos currículos.</p> <p>Verificar a definição de incorporação de avanços tecnológicos na oferta educacional.</p> <p>Verificar se estão definidas as atividades práticas/complementares.</p> <p>Verificar se estão definidas estratégias regulares de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente.</p> <p>Verificar se estão descritas as políticas / normatização para estágio supervisionado.</p>
<p><b>7.1 - Corpo técnico-administrativo:</b></p> <p>Verificar os critérios para seleção e contratação de técnico administrativo.</p>
<p><b>7.4 - Critérios de seleção e contratação dos professores:</b></p> <p>Verificar os critérios para seleção e contratação de professores.</p>
<p><b>7.5 - Políticas de qualificação e plano de carreira do corpo docente:</b></p> <p>Verificar as políticas para qualificação continuada do corpo docente.</p> <p>Verificado se há Plano de Carreira para os docentes.</p>
<p><b>7.6 - Requisitos de titulação e experiência profissional do corpo docente:</b></p> <p>Verificar os critérios de contratação do corpo docente.</p>
<p><b>7.7 - Regime de trabalho e procedimentos de substituição eventual de professores</b></p> <p>Verificar os procedimentos para substituição eventual de professores do quadro.</p> <p>Verificar a definição do regime de trabalho do corpo docente, com respeito aos percentuais mínimos exigidos para os regimes de trabalho <u>integral, parcial e ou horista para Universidades e Centros Universitários.</u></p>
<p><b>8.1 - Estrutura organizacional da IES</b></p> <p>Verificar as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos.</p>
<p><b>8.2 - Procedimentos de atendimento dos alunos:</b></p> <p>Verificar se há descrição acerca de programa de nivelamento de alunos; se há definição de órgão de apoio pedagógico e se há indicação de estratégias de acompanhamento dos egressos da IES</p>

### **8.3 - Procedimento de auto-avaliação institucional:**

Não descreveu o projeto de auto-avaliação institucional, contemplando as 10 dimensões especificadas no art. 3º da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, detalhando os procedimentos/processos para sua realização, metodologias, formulários e etapas - coleta e tabulação de dados, relatório geral, divulgação e as formas de utilização dos resultados.

Não descreveu satisfatoriamente a Comissão Própria de Avaliação - CPA com sua composição que garanta a participação de representantes dos docentes, dos alunos, dos técnicos administrativos e da sociedade civil organizada, sem predominância de nenhum segmento.

## **PDI Eixo 9 - INFRA-ESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS**

### **9.1 - INFRA-ESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS**

Não foram apresentadas as informações básicas relativas à biblioteca, conforme orientação fornecida no sistema, sobretudo: acervo com total de títulos e de exemplares e os periódicos previstos, a política de expansão e atualização do acervo, informatização da consulta ao acervo, horários de funcionamento, nome e matrícula do bibliotecário.

Solicitamos que seja encaminhado as informações sobre: Laboratórios, Sala de Aulas, Sala de Apoio Pedagógico, Sala de Apoio Administrativo e demais dependências, que não estão discriminadas no processo.

## **PDI Eixo 10 - ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

### **10.1 - Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**

Não descreveu satisfatoriamente as políticas e adequações de infra-estrutura física, relativas à promoção da acessibilidade, atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, por pessoas portadoras de necessidades especiais, em atendimento ao art. 16, inciso VII, alínea "c" do Decreto nº 5.773/2006 e Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

Verificar se estão descritos os serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, contemplando os equipamentos disponibilizados, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso VII, alínea "c" do Decreto nº 5.773/2006 e art. 14, § 1º, inciso VIII do Decreto nº 5626/2005

Verificar se há menção acerca dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação para o auxílio de deficientes visuais, em atendimento ao disposto no Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

## **DOCUMENTOS Eixo 1 - SITUAÇÃO LEGAL**

### **1.1 - Atos constitutivos**

Apresentar o ato constitutivo da Mantenedora - CONTRATO SOCIAL ou DECLARAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL ou ATA CONSTITUTIVA, com finalidades educacionais e registro na junta comercial, em caso de mantenedora COM FINS LUCRATIVOS; ou, em caso de mantenedora SEM FINS LUCRATIVOS, ESTATUTO ou ATA CONSTITUTIVA (contendo as regras estatutárias com finalidade educacional) devidamente registrado(a) no cartório de pessoas jurídicas e com firmas reconhecidas (art. 15 Decreto 5.773/2006).

DOCUMENTOS Anexo 3 - DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO
<p><b>3.3 - Demonstrações contábeis</b></p> <p>Apresentar o demonstrativo financeiro (foi apresentado apenas o Balanço Contábil), observando que a aplicação de seus excedentes financeiros são para os fins da instituição mantida, não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes e, em caso de encerramento de suas atividades, destinação de seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público.</p>
REGIMENTO/ESTATUTO Anexo 1 - TEXTO DO REGIMENTO/ESTATUTO
<p><b>1.1 - Texto do Regimento</b></p> <p>Verificar a denominação da Mantida, deve ser igual ao cadastrado no sistema e-MEC (somente FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL).</p> <p>Excluir o Parágrafo Único do Art. 41, considerando que esta não poderá ser negada, quer seja em virtude de inadimplência, quer seja em virtude de processo disciplinar em trâmite ou ainda em função de o aluno estar frequentando o primeiro ou o último período de curso, em conformidade com a Lei nº 9.870/99 e o Parecer CNE/CES nº 365/2003 (Parecer CNE/CES nº 282/2002).</p> <p>Apresentar novo Regimento.</p>
CGCIES/COREG/SERES/MEC

Resposta da Diligência:

São Paulo, 19 de abril de 2012

Para a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES

Diretoria de Regulação da Educação Superior - DIREC

Referente diligência do Processo MEC protocolo nº 201108720.

Prezados senhores

Em cumprimento a diligência MEC datada de 20/03/2012, seguem os anexos com os itens solicitados para a apreciação de vossa senhoria.

Aproveitamos para anexar o Plano de Desenvolvimento Institucional 2012 a 2017.

Certos de termos cumprido vossas exigência,

Atenciosamente

Eliane da Silva Cara

Diretora

FAPSS-SP

Resultado da análise:

Resultado: Insatisfatório

Analisado por: Erickson Marques Peixoto

Data: 28/05/2012 15:15:29

Análise:

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

### **Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES**

#### **Diretoria de Regulação da Educação Superior - DIREG**

Brasília - DF, 20/04/2012

Mesmo após diligência e finalizadas as análises técnicas dos documentos apresentados pela Instituição interessada - Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Regimento e documentos fiscais, para-fiscais, contábeis e ato constitutivo da mantenedora - conclui-se que o presente Processo **não atende** as exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de análise documental pelo Decreto n. 5.773/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto n. 6.303/2007, e a Portaria MEC n. 40/2007. Segue abaixo os itens não atendidos:

#### **DOCUMENTOS Eixo 3 - DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

##### **3.3 - Demonstrações contábeis**

Em resposta à diligência instaurada, a IES apresentou demonstrativo financeiro sem as assinaturas do contador registrado - CRC e do representante da mantenedora.

#### **REGIMENTO/ESTATUTO Eixo 1 - TEXTO DO REGIMENTO/ESTATUTO**

##### **1.1 - Texto do Regimento**

Em resposta à diligência instaurada em relação à denominação incorreta/inadequada da mantida, a IES não alterou a denominação conforme solicitado, permanecendo uma denominação divergente do cadastrado no sistema e-MEC (correto seria apenas FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL).

A IES não exclui o Parágrafo Único do Art. 32 (antes era o Art. 42), considerando que esta não poderá ser negada, quer seja em virtude de inadimplência, quer seja em virtude de processo disciplinar em trâmite ou ainda em função de o aluno estar freqüentando o primeiro ou o último período de curso. Não atendeu satisfatoriamente ao disposto na Lei nº 9.870/99 e no Parecer CNE/CES nº 365/2003 (Parecer CNE/CES nº 282/2002).

#### **CGCIES/DIREG/SERES/MEC**

## **FASE: ARQUIVAMENTO EM ANÁLISE PRÉVIA**

Movimentação:

- 28/05/2012 15:15 - Fase iniciada
- 28/05/2012 15:15 - Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Satisfatório

Analisado por: Rafael Arruda Furtado

Data: 28/05/2012 15:15:29

Análise: Arquivamento pela Secretaria.

## **FASE: SECRETARIA - RECURSO**

Movimentação:

- 28/05/2012 15:15 - Recurso disponibilizado para IES
- 26/07/2012 04:32 - Manifestação da IES
- 26/07/2012 04:32 - Fase finalizada.

Resultado da análise:

Resultado: Sem resultado de análise

Recurso:

IES não interpôs recurso da decisão de arquivamento do processo nos termos do art. 12 e §2º do art. 15, da portaria normativa n.º 40 de 12/12/2007.